

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios DE SÃO PAULO



Ano 5 • Número 46 • R\$ 7,00



55º Congresso Estadual de Municípios

“UNIDADE PARA VENCER AS DIFICULDADES”

55º edição do evento será de 12 a 15 de abril, em São Vicente - SP,
no Centro de Convocações Costa da Mata Atlântica

Defesa Civil

Coordenadoria Estadual de Defesa Civil fala sobre seu trabalho e a atuação junto aos municípios

APM Responde

Nessa edição, Conselho Técnico da APM esclarece dúvidas dos municípios paulistas, respondendo perguntas jurídicas

Política



Confira a lista dos deputados federais e estaduais empossados



nbs

A GENTE LEVA EDUCAÇÃO
E CULTURA A LUGARES
QUE FICAM BEM LONGE.
AO FUTURO, POR EXEMPLO.

Oi Futuro é o instituto de responsabilidade social da Oi que trabalha para transformar a vida de milhões de brasileiros.

Em 10 anos, já beneficiamos mais de 4 milhões de pessoas, através de programas próprios nas áreas de educação, cultura, esportes e social, além do apoio a iniciativas de outras organizações via seleção por edital. É assim que estamos inserindo cada vez mais brasileiros no mapa da cidadania.

OIFUTURO.ORG.BR





Associação Paulista de Municípios

Rua Major Sertório, 128 - 9º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01222-000
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA APM GESTÃO 2009 - 2012

Presidente da APM

Marcos Monti

Prefeito de São Manuel (1993 a 1996)

1º Vice-Presidente

José Luiz Rodrigues

Prefeito de Aparecida (2001 a 2008)

2º Vice-Presidente

José Mauro Dedémo Orlandini

Prefeito de Bertioga (1993 a 1996 e 2009 a 2012)

3º Vice-Presidente

Herculano Castilho Passos Júnior

Prefeito de Itu (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

4º Vice-Presidente

Diego Denadai

Prefeito de Americana (2009 a 2012)

Secretário Geral

Aquevirque Antonio Nholla

Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista (1993 a 1996 e 1983 a 1992)

1º Secretário

Antônio Cesar Simão

Prefeito de Itapul (1993 a 1996)

2º Secretário

Sebastião Misirala

Vereador de Barretos (1972 a 1996)

3º Secretário

Jamil Akio Ono

Prefeito de Andradina (2009 a 2012)

Tesoureiro Geral

Carlos Alberto Cruz Filho

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997 a 2000 e 1983 a 1988)

1º Tesoureira

Marisa de Souza Pinto Fontana

Prefeita de Sorocaba (2009 a 2012)

2º Tesoureiro

José Ademir Infante Gutierrez

Prefeito de Teodoro Sampaio (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

3º Tesoureiro

Antonio Carlos de Faria

Prefeito de Caconde (2005 a 2008 e 2009 a 2010)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Antonio Francelino

Prefeito de Álvaro de Carvalho (1989 a 1992 / 1997 a 2000 e 2001 a 2004)

Modesto Salvatiato Filho

Vereador de Brotas (2001 a 2004 e 2009 a 2012)

Newton Rodrigues Freire

Prefeito de Gália (1989 a 1992)

CONSELHO FISCAL

Francisco Leoni Neto

Prefeito de Bariri (2001 a 2004 e 2005 a 2008)

José Francisco da Rocha Oliveira

Prefeito de Pardinho (1983 a 1988 / 1993 a 1996 / 2005 a 2008 e 2009 a 2012)

Maria Antonieta de Brito

Prefeita de Guarujá (2009 a 2012)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Marlene Mariottini

Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)

Vice-Presidente

Roque Joner

Prefeito de Pratânia (1997 a 2004)

Secretário

Gianpaulo Baptista

Vereador de Porto Feliz (1988 a 1990)

Editorial



UNIDADE PARA VENCER AS DIFICULDADES

Estamos realizando mais um grandioso Congresso Estadual de Municípios, hoje em sua 55º edição ininterrupta. Neste ano, temos uma particularidade: novos governantes em nível Federal e em nível Estadual assumiram seus postos trazendo consigo a esperança de melhores dias para a nossa população e, consequentemente, para as Prefeituras Municipais.

Partindo desse pressuposto, no mês de fevereiro realizamos uma reunião na sede da Associação Paulista de Municípios – APM - com todos os Presidentes de Entidades Regionais de nosso Estado. O objetivo desta reunião foi estabelecermos uma pauta de reivindicações junto aos Governos Federal e Estadual, levantando assim quais são os anseios e desejos dos municípios do nosso Estado.

Pudemos constatar que muitos são os problemas que afligem nossos municípios. Porém, nosso papel é detectarmos esses problemas e trabalharmos para as suas soluções.

Tenho falado constantemente em todas as reuniões que participo que somente conseguiremos tornar realidade nossas reivindicações se estiver-

mos unidos em torno desses ideais.

Os municípios estão sobrecarregados de atribuições, sem ter recursos financeiros suficientes para suprir todas as demandas. É uma triste realidade, uma vez que os municípios são os que mais investem, os que mais prestam serviços à população e são os que ficam com a menor parte dos recursos tributários.

Nesse 55º Congresso iremos apresentar nossa pauta de reivindicações, junto aos Governos Federal e Estadual e junto ao Congresso Nacional, pois temos que aproveitar essa oportunidade onde estaremos reunidos com a classe política de nosso Estado e de nosso país para apresentarmos quais são nossos anseios e desejos para juntos buscarmos as soluções.

Espero que todos possam participar desse momento único em nosso Estado de congraçamento, mas, principalmente, de busca da unidade do movimento municipalista em torno dos nossos ideais.

Somente juntos iremos conseguir melhores dias para nossos municípios. Portanto, sejam bem vindos em nosso 55º Congresso e juntem-se a nós através das lutas do movimento municipalista.

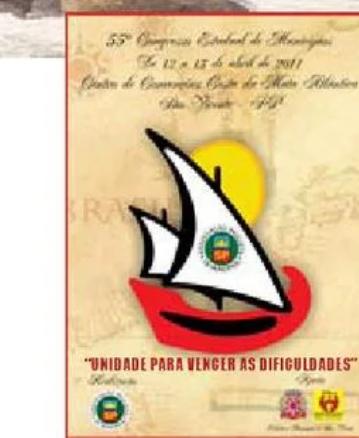
Saudações municipalistas.

Marcos Monti
Presidente da APM

Sumário



- 03 Editorial**
- 06 55º Congresso Estadual de Municípios**
- 13 Página da História**
- 14 Política - Lista dos deputados empossados**
- 16 Defesa Civil**
- 19 IPT**
- 22 Educação**
- 24 APM Responde**
- 26 Municípios Aniversariantes**
- 32 Artigo Jurídico**



- 33 TCE**
- 34 IBGE**
- 35 Legislativo**
- 37 TCE**
- 39 Artigo Jurídico**
- 41 Entidade**
- 46 Atividades da APM**
- 54 Casos e Causos**



EXPEDIENTE



CONSELHO EDITORIAL

Marcos Monti
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholha
Antônio Cesar Simão



REDAÇÃO

EDITORA-CHEFE
Daniela Bertoldo
imprensa@apaulista.org.br

EDIÇÃO DE ARTE
Núbia Barros
nubia@apaulista.org.br

Michelle Sendas
criacao@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo

GSenne Soluções em Negócios
Tel.: (11) 4368-5678 / 4367-5632

CEAME
Tel.: (11) 3063-5775 / 3083-7265

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados
Fone/Fax.: (11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
imprensa@apaulista.org.br

Março/Abril - 2011

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios

Transformamos um grande desafio em grandes resultados



- Compromisso com a educação de qualidade
- Soluções sob medida para os municípios
- Formação continuada para professores
- Parceria para resultados

UNO Público no 55º Congresso Estadual de Municípios

Convidamos você, educador e administrador público, a conhecer soluções educacionais que têm muito a contribuir para a qualidade de ensino no seu município.

**Esperamos sua visita no estande 77, entre os dias 12 e 15 de abril,
no Complexo de Eventos e Convenções da Costa da Mata Atlântica - São Vicente-SP**

0800 55 16 11
www.unopublico.com.br

Sistema de Ensino
uno público
Parceria para resultados

Congresso Estadual de Municípios



Por: Daniela Bertoldo

Começa nesta terça-feira, 12 de abril, o tão esperado Congresso Estadual de Municípios, maior evento municipalista do Estado de São Paulo que reúne a classe política para debater importantes assuntos.

Este ano, o tema escolhido foi “Unidade para vencer as dificuldades”.

Conforme destacou o presidente da APM, Marcos Monti, o Congresso é o momento onde são discutidos os principais temas que afetam diretamente os municípios para que sejam encontradas as soluções. “Temos que aproveitar o momento do Congresso, sendo realizado em São Vicente,

primeiro município do Brasil, para mostrar essas dificuldades. Por isso que é importante a participação de todos”, afirmou.

A programação foi montada com base na pauta de reivindicações estabelecida pela APM e pelos presidentes de entidades regionais. “Fizemos uma reunião e os assuntos prioritários e mais recorrentes farão parte das discussões”.

Educação, Saúde, Meio Ambiente, Habitação, Turismo e Tribunal de Contas serão alguns dos temas que irão nortear o Congresso. “Nosso Congresso é um laboratório de ideias. Recebemos governador, ministros,

secretários de estado, prefeitos, vices, deputados, vereadores, técnicos e demais autoridades para uma rica troca de experiências”.

A questão do Pacto Federativo, bandeira antiga da APM, não ficará de fora. Segundo Marcos Monti, é necessária uma justa divisão do bolo tributário urgente, pois, de tudo que se arrecada, os municípios ficam com a menor parte e são os que mais prestam serviços à comunidade.

Os assuntos debatidos no Congresso irão compor a Carta de São Vicente, que depois é encaminhada aos órgãos competentes. “Colocamos essas



São Vicente, primeiro município do Brasil



reivindicações para o governo federal e sessão festejada pelos congressistas por o governo estadual para encontrarmos soluções e para que os municípios possam atender melhor a sua população".

Demais atividades

Outras duas atrações são marcantes no Congresso, além dos painéis principais: a Plenária e o Pinga Fogo.

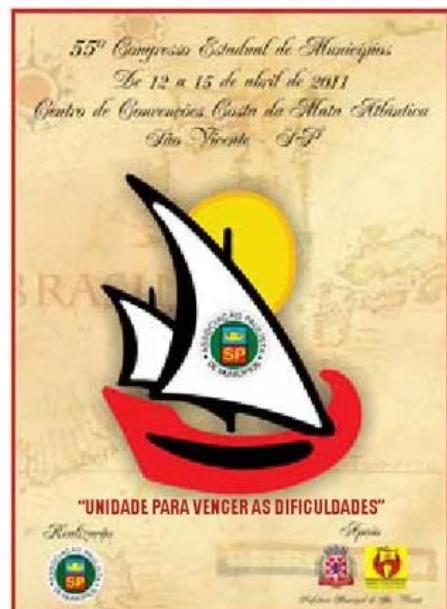
As plenárias começam de manhã, diariamente, onde são debatidas, analisadas e votadas as teses apresentadas pelos congressistas.

Após o almoço acontece o Pinga Fogo,

Paralelo à programação principal, o Congresso traz uma Programação Especial voltada às primeiras damas e presidentes dos fundos sociais de solidariedade, com palestras que englobam temas como desenvolvimento e assistência social.

Também é realizada a Exposição Paralela de Produtos e Serviços, onde os gestores podem conhecer as novas tecnologias para aplicar em seus municípios e melhorar

a qualidade de vida de sua população. □



"O Congresso da APM valoriza os municípios", afirma prefeito de São Vicente



A 55ª edição será realizada de 12 a 15 de abril, no Centro de Convenções Costa da Mata Atlântica de São Vicente.

O prefeito anfitrião, Tercio Garcia, ressalta que São Vicente espera atender todas as expectativas da APM e do público presente. "Estaremos de portas abertas para o que precisar. O Congresso contribuirá com o reconhecimento de nosso município e virá para reafirmar a importância histórica e social da primeira cidade do Brasil".

Em sua opinião, o Congresso da APM é essencial para que o governador e demais autoridades reforcem os laços com a comunidade e definam ações de interesse público. "O Congresso Estadual da APM é um evento que valoriza os municípios e reúne as principais reivindicações da população do Estado de São Paulo".

A grade de programação, com relevantes temas para os gestores públicos, também foi elogiada pelo prefeito. "Os te-

mas são de suma importância, pois reforçam o municipalismo e resultam em melhorias para todas as cidades paulistas".

Quanto à Exposição Paralela, acredita que é mais um fator de valorização do evento e de atração de público. "Certamente todos vão aproveitar para fazer negócios".

Para melhor receber os congressistas, a Prefeitura de São Vicente realizou benfeitorias no Centro de Convenções. Segundo o prefeito, foram providenciados um novo foyer, nova iluminação, pintura e outros detalhes. "Estamos preparando o Centro de Convenções e divulgando o evento regionalmente".

As expectativas para o Congresso são as melhores possíveis. "Esperamos muitos representantes, como prefeitos, vices, vereadores, secretários e técnicos. Hotéis, restaurantes e demais comerciantes e prestadores de serviço vão ganhar com o Congresso". (D.B) □

O primeiro município do Brasil está pronto para sediar o maior evento municipalista do Estado de São Paulo: o Congresso Estadual de Municípios.

55º Congresso Estadual de Municípios: palco para importantes debates

Há 55 anos ininterruptos a APM realiza o Congresso, sempre com sucesso de público e grande representatividade política. Este ano não será diferente.

De acordo com o diretor da APM, Carlos Cruz, responsável pela programação do evento, a Associação não irá apresentar nenhuma fórmula nova, pois os 55 anos dizem por si só a importância e a tradição que envolvem os Congressos. "Por que tem essa fórmula que dura tanto tempo? Por ser a semana do ano em que a classe política se reúne, debate novas propostas e ouve as explicações do governo do Estado das

ações voltadas para os municípios", salienta.

O Congresso dos Municípios é o momento dos gestores se articularem, trocarem ideias e informações. "Esse é o escopo fundamental do Congresso – a reunião da classe política para essa troca de experiências e informações".

Carlos Cruz acredita que este evento é o palco mais qualificado e adequado para os gestores estaduais, secretários de estado, governadores, presidente da Assembleia e demais autoridades falem para a classe política municipal. "Essa é uma oportunidade única de fala-

rem para 300 prefeitos e 400 municípios de uma vez só, que é o público reunido em nosso Congresso tradicionalmente".

O secretário geral da APM, Aquevirque Nholla, coordenador do evento, afirma que as expectativas para essa edição são as melhores possíveis. "Além da programação que é de suma importância para os municípios e das autoridades de renome que participam, a cidade escolhida é estratégicamente bem localizada, fica próxima à rodovia dos Imigrantes, o que facilita o acesso de todos, sem contar a boa rede hoteleira de toda a baixada santista". (D.B) □



Governador e vice estarão no 55º Congresso

Está tudo pronto para o 55º Congresso Estadual de Municípios, que começa nesta terça, dia 12, e vai até o dia 15.

A sessão solene de abertura, marcada para às 19 horas, será presidida por Marcos Monti, presidente da APM, com as presenças do governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin; do vice-governador Guilherme Afif Domingos; do presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado Barros Munhoz; do subchefe de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Olavo Noleto Alves, representando o ministro-chefe da Secretaria de Rela-

ções Institucionais, Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira; do presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga; do prefeito de São Vicente, Tercio Garcia e do presidente da Câmara de São Vicente, Pedro Gouvêa.

O primeiro painel, na quarta-feira, às 10 horas, abordará a Resolução da Anel nº 414/2010, com discussão da titularidade de ativos da Iluminação Pública.

Ao longo do dia, os congressistas poderão acompanhar os painéis de Saneamento, Saúde e Turismo.

Na quinta-feira, a programação traz os painéis Educação, Vere-

adores, Habitação e Meio Ambiente.

A palestra do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, uma das mais esperadas pelos gestores, ocorrerá na sexta-feira. Na programação da manhã também constam palestras sobre Os Direitos da Pessoa com Deficiência e Conselho da Condicionada Feminina.

Após o almoço ocorrerão os painéis da Casa Militar – Defesa Civil e o de Desenvolvimento. A sessão solene de encerramento está prevista para às 17 horas de sexta-feira, dia 15.

Lembrando que a programação está sujeita a alteração. (D.B) ▀

Programação Especial

"Desenvolvimento Social e os Municípios". Este será o tema da Programação Especial do 55º Congresso Estadual de Municípios, voltada às primeiras-damas, presidentes do Fundo Social de Solidariedade e vereadoras.

A grade de programação foi elaborada pela Comissão Organizadora da APM.

Em março, o presidente da APM, Marcos Monti; a coordenadora da programação, Andrea Monti; a primeira dama de São Vicente, Márcia Papa Garcia; a relações públicas Dalva Christofeletti e a ex-vereadora de São João da Boa Vista, Maria Teresinha de Jesus Pedrosa, reuniram-se na sede da APM para definir os preparativos e organizar os últimos detalhes.

A Programação Especial ocorrerá nos dias 13, 14 e 15 de abril. As palestras abordarão temas como o papel do Fundo Social, o desenvolvimento social e o poder público,

a importância da estrutura familiar na organização social e política de enfrentamento no atendimento de usuários de drogas e álcool.

Em cada dia, serão mostradas experiências das primeiras damas e

fundos sociais do litoral e interior.

Outra atração será o painel de apresentações musicais, com o Projeto Social de São Vicente Viva Música e a Orquestra Didática Jovem CER de São Vicente. (D.B) ▀



Autoridades confirmam presença no 55º Congresso e elogiam evento

A diretoria da APM entregou em mãos os convites do 55º Congresso Estadual de Municípios a diversas autoridades. Todos confirmaram presença e destacaram a importância deste tradicional evento municipalista.

Por: Daniela Bertoldo



Governador Geraldo Alckmin

“O Congresso de Municípios é uma ótima oportunidade para as prefeituras e o Governo do Estado trocarem experiências, contribuindo na execução de políticas públicas de forma integrada, o que favorece a realização de projetos bem-sucedidos voltados à melhoria da qualidade de vida da população”.



Vice-governador Guilherme Afif Domingos

“O Congresso da APM é um dos mais tradicionais encontros daqueles que defendem a bandeira do municipalismo. Acho que o tempo está passando; já conheço gerações, lembro até do Aniz Badra, um dos baluartes do movimento municipalista do Estado, e do nosso querido Orestes Quérzia, falecido recentemente. Esse encontro tem a importância que tem através do tempo e adquire uma importância maior ainda pela condição que o Estado de São Paulo ocupa hoje. Estrategicamente, um país que está dando a sua grande arrancada no futuro. Temos, mais do que nunca, que estarmos juntos e preparados para dar resposta que a sociedade espera de governantes estaduais, municipais e federais”.

Congresso Estadual de Municípios

Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Barros Munhoz



“O Congresso Estadual de Municípios é fantástico não apenas como evento educativo, informativo, instrutivo para os verdadeiros municipalistas, mas como um momento de confraternização, troca de experiências. Acho que é o ponto alto do municipalismo que se repete ano a ano.

Comecei a freqüentar os Congressos da Associação Paulista de Municípios no 20º Congresso, portanto, há 35 anos, e irei com muita satisfação ao 55º. Algo que dura tanto no nosso país é porque efetivamente é muito bom é muito importante e o Congresso da APM é muito bom e muito importante para os municipalistas de São Paulo”.

Secretário de Estado da Casa Civil, Sidney Beraldo

“É um momento onde reunimos aí todos os prefeitos do Estado que vão apresentar suas experiências. Essa troca de experiências é sempre muito importante, pois as administrações municipais têm um papel significativo na vida das pessoas, já que é no município que as pessoas moram. Toda a contribuição no sentido de melhorar as administrações municipais, dar mais eficiência na qualidade dos gastos e na aplicação dos recursos públicos é muito boa. Sem dúvida esses congressos têm contribuído muito com isso. O Governo de São Paulo vai estar presente, como sempre, apoiando mais esse evento”.



Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab

“O Congresso da APM tem uma importância extraordinária para os municípios. É a oportunidade de haver troca de experiências, de haver conhecimento de inovações e políticas públicas modernizadoras. Portanto, temos todos nós a obrigação de dar apoio a esse Congresso para que os municípios que lá compareçam tenham a melhor acolhida possível e o melhor proveito”.



Congresso Estadual de Municípios



Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

“O Congresso de Municípios da APM, além de tradicional feito há muito tempo sempre com sucesso, é extremamente importante não apenas porque é uma boa oportunidade de confraternização; é importante também porque é uma ocasião de se atualizar quanto às regras de boa gestão. A maior parte dos prefeitos felizmente está preocupada com isso, o que o Tribunal de Contas vê como oportunidade de aprimoramento. O Tribunal terá muita honra de fazer a sua parte para que esse objetivo seja atendido”.

Secretário de Turismo do Estado de São Paulo, Deputado Federal Márcio França

“O Congresso é o mais importante evento dos municípios do Estado de São Paulo e, por ser realizado na primeira cidade do Brasil, ganhará outra conotação. O Congresso da APM tem a presença de muitas autoridades, se discute o futuro institucional do país a partir do município, pois tudo acontece no município. Por estar sendo realizado na primeira cidade do país, vai ter uma conotação histórica bonita e as pessoas vão poder ter um evento político e também instrutivo e cultural. Vai ser muito bom para a região e para o Estado e a Secretaria estará presente, na primeira linha”.



Procurador Geral de Justiça, Fernando Grella Vieira

“Avalio a importância do Congresso como acontece com as instituições e as entidades de modo geral, que é uma forma de uniformizar o pensamento, de se aprimorar a maneira de conduzir a instituição e as diretrizes a serem seguidas pelas entidades. Com certeza é a forma de se evoluir, de se aprimorar e se adequar aos novos tempos. Isso é extremamente saudável”.

Página da História

Por: Carlos Cruz

Nesta edição que precede o nosso 55º Congresso Estadual de Municípios, homenageamos personalidades que presidiram nossa entidade e, por consequência, os Congressos ao longo de nossa história.



Embora não tenha presidido a APM, o Governador LAUDO NÁTEL é o recordista, entre os municipalistas, de comparecimento em nossos Congressos.



O Ex-Governador e Ex-Presidente da APM, ORESTES QUÉRCIA, discursa, tendo ao lado o então Presidente CELSO GIGLIO.



O Presidente WILSON JOSÉ, ladeado de seu 1º Vice-Presidente CARLOS CRUZ e do Secretário Geral SEBASTIÃO MISIARA, em foto de 1991.



Registrarmos também flagrante do saudoso Senador ROMEU TUMA, marcando presença em um de nossos Congressos.

Confira a lista dos deputados federais

DEPUTADOS FEDERAIS

DEM	PR	PSOL
Alexandre Leite	Francisco Everardo Oliveira Silva - Tiririca	Ivan Valente
Eleuses Paiva	Milton Monti	Arlindo Chinaglia
Eli Correa Filho	Paulo Freire	Cândido Vaccarezza
Guilherme Campos	Valdemar Costa Neto	Carlos José de Almeida
Jorge Tadeu Mudalen	PRB	Carlos Zarattini
Junji Abe	Antonio Bulhões	Devanir Ribeiro
Rodrigo Garcia	Otoniel Lima	Janete Rocha Pietá
Walter Ihoshi	PSB	Jilmar Tatto
PC do B	Abelardo Camarinha	João Paulo Cunha
Aldo Rebelo	Gabriel Chalita	José de Filippi Júnior
Protógenes Pinheiro de Queiroz	Jefferson Campos	José Mentor
PDT	Jonas Donizette	Newton Lima Neto
João Eduardo Dado Leite de Carvalho	Keiko Ota	Paulo Teixeira
Paulo Pereira da Silva	Luiza Erundina	Ricardo Berzoini
Salvador Zimbaldi	Marco Aurélio Ubiali	Vicente Cândido
PMDB	PSC	Vicente Paulo da Silva
Edinho Araujo	Marcelo Aguiar	PTB
PP	Pastor Marco Feliciano	Arnaldo Faria de Sá
Aline Corrêa	PSDB	Nelson Marquezelli
Beto Mansur	Alberto Pereira Mourão	PV
Missionário José Olímpio	Antonio Carlos Mendes Thame	Guilherme Mussi
Paulo Maluf	Bruna Furlan	José Luiz de França Penna
PPS	Carlos Henrique Focesi Sampaio	Ricardo Izar
Arnaldo Jardim	Duarte Nogueira	Roberto de Lucenna
Dimas Ramalho	Luiz Fernando Machado	Roberto Santiago
Roberto Freire	Mara Gabrilli	
	Ricardo Tripoli	
	Vanderlei Macris	
	Vaz de Lima	
	Willian Dib	

putados empossados

DEPUTADOS ESTADUAIS

DEM
Aldo Demarchi
André Soares
Edmir Chedid
Estevam Galvão de Oliveira
Gil Arantes
Gilson de Souza
Milton Leite Filho
Milton Vieira
PC do B
Leci Brandão
Pedro Bigardi
PDT
José Bittencourt
Olímpio Gomes
Rafael Silva
Rogério Nogueira
PMDB
Baleia Rossi
Itamar Borges
Jooji Hato
Jorge Caruso
Vanessa Damo
PP
Antonio Salim Curiati
PPS
Alex Manente
Luis Carlos Gondim
Roberto Morais
Vitor Sapienza
PR
André do Prado
PRB
Gilmaci Santos
Sebastião Santos
PSB
Ed Thomas

Orlando Bolçone
Vinícius Camarinha
PSC
Adilson Rossi
Carlos Cezar
Marcos Neves
Rodrigo Moraes
PSDB
Analice Fernandes
Ary Fossen
Barros Munhoz
Carlão Pignatari
Carlos Bezerra
Cauê Macris
Célia Leão
Celino Cardoso
Celso Giglio
Fernando Capez
Geraldo Vinholi
Hélio Nishimoto
João Caramez
Marcos Zerbini
Maria Lúcia Amary
Mauro Bragato
Orlando Morando
Pedro Tobias
Roberto Engler
Roberto Massafera
Samuel Moreira
Welson Gasparini
PSOL
Carlos Giannazi
PT
Adriano Diogo
Alencar Santana
Ana do Carmo
Ana Perugini

Antonio Mentor
Carlos Grana
Donisete Pereira Braga
Edinho Silva
Enio Tattó
Geraldo Cruz
Gerson Bittencourt
Hamilton Pereira
Isac Reis
João Antonio
João Paulo Rillo
José Cândido
José Zico Prado
Luiz Cláudio Marcolino
Luiz Moura
Marco Aurélio de Souza
Marcos Martins
Rui Falcão
Simão Pedro
Telma Souza
PTB
Campos Machado
Edson Ferrarini
Heroilma Soares Tavares
Roque Barbieri
PV
Afonso Lobato
Beto Trícoli
Chico Sardeli
Dilmo dos Santos
Feliciano Filho
Regina Gonçalves
Reinaldo Aguz
Rita Passos
Ulysses Tassinari

Defesa Civil, órgão atuante e parceiro dos municípios paulistas



Por: Daniela Bertoldo

Eles estão sempre de prontidão para atender as mais diversas ocorrências, como enchentes, inundações, desabamentos, deslizamentos, queimadas, raios, dentre outros incidentes.

Atuam diretamente com os 645 municípios do Estado, apoiando as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil nas quatro fases de autodefesa: prevenção, socorro, assistência e recuperação. Nessa parceria com o poder público, buscam sempre a melhor sintonia entre município e Estado, afim de que, nas emergências, a comunidade local seja atendida de maneira rápida e eficaz.

A Defesa Civil do Estado de São Paulo possui orçamento próprio para realizar convênios com municípios na construção de obras preventivas e recuperativas. A documentação necessária para encaminhar o pedido de convênio está disponível no site www.defesacivil.sp.gov.br.

Importante destacar que as prefeituras

que possuem Comdecs estruturadas podem obter alguns benefícios, segundo informações da Divisão de Comunicação Social da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

A criação e estruturação de Comdecs nos municípios são sempre enfatizadas pela Defesa Civil, para que os municípios capacitem pessoas que conheçam os problemas da cidade e possam prestar a melhor assistência aos municípios que venham a ser atingidos por eventos desastrosos.

Outro ponto reforçado pela Defesa Civil é o da conscientização dos prefeitos da importância de uma fiscalização constante de ocupações em áreas de risco, visto que a ocupação do solo é responsabilidade do próprio município. "A legislação de uso e ocupação do solo é fundamental para a vida urbana, por disciplinar as construções e definir o que pode ser feito em cada terreno particular, interferindo diretamente na formação da cidade e

também em sua economia", acrescenta a equipe da Divisão de Comunicação Social.

Operação Verão

Foram 117 municípios atingidos (principalmente por deslizamentos e inundações), 30 pessoas feridas, 28 óbitos, 2.628 desabrigados e 12.376 desalojados, sete municípios em alerta e dois em estado de atenção. Esse é o resultado da Operação Verão, com dados computados no período de dezembro de 2010 a 31 de março de 2011.

A Operação Verão é realizada pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec, com o objetivo de reduzir danos materiais e, principalmente, preservar vidas.

Trata-se da operacionalização de um plano de atuação para otimizar os recursos existentes e antecipar-se às situações de risco, contando com a participação das Secretarias Estaduais e Municipais, além de órgãos de atendimento emergencial como a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, equipes de Defesa Civil dos municípios e da





própria comunidade. "A Defesa Civil desenvolve suas atividades durante todo o ano; e, no verão, são reforçadas por meio dos Planos Preventivos de Defesa Civil", esclarece a Divisão de Comunicação Social.

Este ano, os locais que mais tiveram problemas foram a Região Metropolitana de São Paulo e de Campinas.

Os casos mais graves, em que foram homologadas 25 situações de emergência, ocorreram nos municípios: Álvares Machado, Areias, Atibaia, Avaré, Águas de São

Pedro, Barra do Turvo, Bocaina, Bofete, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Cafelândia, Embu, Franco da Rocha, Itaí, Itupeva, Joanópolis, Juquitiba, Lencóis Paulista, Mauá, Olímpia, Pardinho, Pracinha, São José dos Campos, Socorro e Sumaré.

Além do trabalho realizado pelos próprios municípios, a Defesa Civil do Estado prestou auxílio no atendimento às vítimas, com repasse de materiais de 1ª necessidade (colchões, lençóis, cestas básicas, roupas, materiais de limpeza e higiene pessoal) e vistorias para apoio às municipalidades.

Para tentar combater as enchentes, o governo do Estado de São Paulo anunciou no início de março a adoção de medidas, como construção de piscinões e desassoreamento de rios.

A pretensão da Defesa Civil é de melhorar os sistemas de alerta, aumentar o mapeamento de áreas de risco e realizar cursos de capacitação, para atuar maciçamente na Prevenção.

Cursos

Os cursos e seminários para capacitação de agentes municipais abrangem os 645 municípios do Estado. No ano passado, foram realizados 15 cursos, com cerca de 2.500 participantes.

A Defesa Civil elabora materiais educativos para ampliar a participação das equipes municipais e da comunidade em geral. Tais materiais são utilizados em campanhas educativas nas escolas, cursos de administração de emergências em municípios, cursos preparatórios para a Operação Verão, atividades municipais, palestras, eventos sociais e feiras, para difundir os princípios doutrinários de Defesa Civil, especialmente entre crianças e jovens.

A Defesa Civil também criou o personagem "Borbinha", que orienta a população sobre como agir antes, durante e depois das ocorrências, tendo como alvo principal o público infantil. As cartilhas para colorir e filipetas são entregues por integrantes da Defesa Civil do Estado a agentes das Comdecs em palestras realizadas nas comunidades e escolas.

Quem quiser conhecer um pouco mais sobre o trabalho da Defesa Civil ou pedir informações de como elaborar planos municipais de Defesa Civil, basta entrar em contato com a Coordenadoria pelo email: defesacivil@sp.gov.br ou pelo site www.defesacivil.sp.gov.br. Em casos de calamidades, incêndios, pronto-socorro e outras situações de emergência, de natureza de Defesa Civil, ligar gratuitamente para o 199.►



AUMENTE O SEU DESEMPENHO NA PROVA BRASIL E NO IDEB.

O Sistema Maxi de Ensino oferece uma proposta de ensino inovadora por meio de um material didático que une educação, cidadania e afetividade. Proporcione uma formação muito mais completa para suas crianças e jovens, aumente o desempenho de seu município na Prova Brasil e no IDEB e contribua com a educação em todo o país.

DIFERENCIAIS DO SISTEMA MAXI DE ENSINO

Material didático da Ed. Infantil ao Pré-vestibular, com duas opções para a Ed. Infantil:

Iluminuras

Alfabetização pelo método fônico



Tecendo o Amanhã

Abordagem sociointeracionista



Coleção Caminhos da Cidadania

Voltada para o Ensino Fundamental I, abordando os seguintes temas: educação ambiental, musical, no trânsito, princípios e valores, além de jogos matemáticos.

- Escola de Pais - Maior interação entre família e escola

- Formação continuada para educadores

SISTEMA
Maxi
DE ENSINO

0800 400 7654 • www.sistemamaxi.com.br



Enchentes? Previna-se

Confira abaixo as dicas da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil:

Alguns cuidados antes

Tenha um lugar previsto, seguro, onde você e sua família possam se alojar no caso de inundação;

Coloque documentos e objetos de valor em sacos plásticos bem fechados e em local protegido;

Feche as portas, janelas e o registro de entrada de água;

Desconecte os aparelhos elétricos da corrente elétrica para evitar curtos-circuitos;

Retire todo o lixo e leve-o para áreas não sujeitas a inundações;

Retire os animais de estimação de casa.



Alguns cuidados durante

Proteja a sua vida, a de seus familiares e amigos;

Evite contato com as águas de enchentes, elas estão contaminadas e podem provocar doenças;

Evite voltar para casa até as águas baixarem e o caminho estar seguro;

Só entre na água se for absolutamente necessário, usando botas de borracha.

Alguns cuidados após

Tenha cuidado: veja se a sua casa não corre risco de desabar;

Remova a lama e o lixo do chão, das paredes, dos móveis e utensílios. Não use equipamentos elétricos que tenham sido molhados;

Lave e desinfete os objetos que tiveram contato com as águas da enchente;

Evite beber água ou comer alimentos que tiveram contato com as águas da inundação, pois eles podem estar contaminados. ▀





SÃO LUIZ DO PARAITINGA - PRIMEIROS PASSOS PARA A RECONSTRUÇÃO

Por: José Theóphilo L. de Moraes¹, Takashi Yojo¹, Maria Beatriz B. Monteiro¹, José Orlando Avesani Neto¹,

Fabiola Margoth Z. Figueiroa² e Edivan N. Batista³,

¹ Pesquisadores do IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo –,

² Assistente de pesquisa do IPT, ³ Técnico em edificações do IPT

Construir significa criar algo a partir do inexistente, apresentando a nova criatura como referência no tempo e no espaço. Reconstruir abarca o conceito do pré-existente, o resgate da memória, a reinvenção do passado.

É no contexto da reconstrução de São Luiz do Paraitinga que o IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – prestou sua colaboração no episódio da maior enchente

de sua história, ocorrida no final de 2010.

Banhada pelas águas do Paraitinga, afluente do Paraíba do Sul, São Luiz do Paraitinga foi fundada em 1769 e elevada à categoria de cidade em 1857, época em que viveu um formidável surto progressista, substanciado pela construção de inúmeras edificações principalmente com a técnica construtiva da taipa, tanto a de pau a pique, quanto a de pilão.

Superando em larga margem as enchentes de fevereiro de 1996, dezembro de 2002 e dezembro de 2008, a última inundação (janeiro de 2010) mostrou-se de proporções avassaladoras, à vista do flagelo de inúmeras edificações

(Fotos 1 e 2). Foi o resultado de uma infeliz combinação da fúria da natureza, representada pela energia das águas precipitadas e acumuladas no vale do rio, com as características frágeis dos imóveis atingidos (construções com taipa). Nas Figuras 1 e 2 são ilustrados os dispositivos básicos da técnica construtiva da taipa.

A submersão das edificações fez com que elas sofressem uma desagregação

do material de preenchimento de muitos de seus painéis de compartimentação em taipa (solo natural argiloso), desnudando o arcabouço estrutural. O desnudamento, de sua parte, expôs a gravidade da situação estrutural vigente, tornando imperativa uma pronta intervenção constituída pela instalação de grande quantidade de dispositivos de reforço (escoras), com o intuito de dar àqueles imóveis ao menos condições míni-

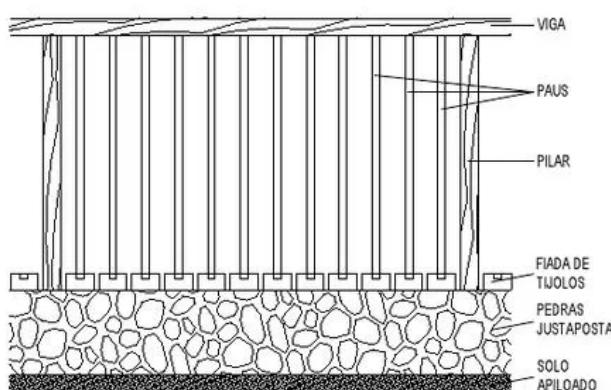


Figura 1 - Arcabouço básico da taipa de pau a pique.

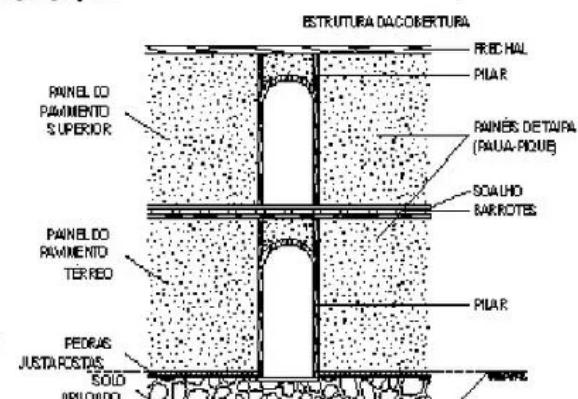


Figura 2 - Aspecto de 2 painéis contíguos (terreiro e superior) de uma construção assobradada.

mas de segurança. As Fotos 3 e 4 mostram imagens do arcabouço estrutural da taipa de pau a pique após a inundação e dos dispositivos de reforço implantados na quase totalidade das edificações investigadas.

Também foram detectados outros problemas graves relacionados ao estado de conservação da madeira estrutural, ocorrendo de forma generalizada na maioria das partes construtivas expostas. As Fotos 5 e 6 exemplificam essas observações, mostrando como o ataque de cupins de madeira seca e fungos apodrecedores reduziu significativamente a resistência e rigidez de peças estruturais importantes.

O acudimento à população flagelada foi feito de imediato pelas secretarias do governo estadual afetadas aos acontecimentos. O CONDEPHAAT –Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado– ligado à Secretaria de Estado da Cultura, sob o qual está a jurisdição dos imóveis da cidade tombados pelo patrimônio, efetuou de forma emergencial um levantamento das edificações mais atingidas, chegando ao número de 83 imóveis, alguns dos quais totalmente arruinados. Na sequência, iniciou a elaboração de projetos para a recuperação de cada construção afetada.

De sua parte, o IPT participou disponibilizando a capacitação multidisciplinar de suas equipes técnicas representadas por especialistas das áreas de estruturas, fun-



Foto 3 – Arcabouço de um painel de pau-a-pique desnudado pela enchente



Foto 4 – Aspecto do “paliteiro” de escoras das estruturas da cobertura



Foto 5 – Aspecto de uma peça estrutural severamente atacada e rompida devido ao ataque intenso de cupins de madeira seca e fungos apodrecedores



Foto 6 – Detalhe da peça estrutural de uma parede de pau a pique com ataque de cupim de madeira seca

dações, geotecnica, materiais de construção e biologia. Num primeiro momento, na fase emergencial do pós-enchente, as equipes envolvidas investigaram as condições de 23 edificações, todas consideradas pela Defesa Civil do município em estado mais crítico em termos de segurança estrutural. Este trabalho propiciou a avaliação e intervenção em cada imóvel individualmente, dando-lhes condições mínimas de segurança inclusive para efetuar o primeiro adentramento após a inundação. Na sequência, a partir de março de 2010 e no âmbito do PATEM –Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios do Estado de São Paulo– da Secretaria de Desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo, o IPT realizou in-

vestigações mais amplas e detalhadas num conjunto de 33 edificações. Os resultados colhidos por esses trabalhos serviram de arcabouço técnico para o projeto de reconstrução desenvolvido pelo CONDEPHAAT.

Dificuldades da análise estrutural também se fizeram presentes nos estudos da cobertura por conta de anomalias atreladas à sua concepção estrutural, às modificações de reformas mal concebidas e ao estado de conservação dos materiais de construção, entre outras. Como resultado dessa análise, foi possível elaborar um diagrama esquemático de transmissão das cargas que abrange o interessante aspecto do “grau de responsabilidade” de cada peça estrutural do arcabouço, conforme mostra o quadro a seguir.►



Quadro Esquemático - Diagrama de transmissão das cargas entre diferentes elementos estruturais da edificação.

Seq.	Elemento estrutural	Diagrama de transmissão das cargas	Esforço predominante - função
1	Telha		Flexão - resistência e proteção
2	Ripa		Flexão - resistência e estabilidade a calibres
3	Caiiro		Flexão - resistência e estabilidade às terças
4	Terça		Flexão e torção - resistência e estabilidade às tesouras
5	Cumeeira/espigão		Flexão/compressão - resistência e estabilidade às tesouras
6	Tesoura (+ forro)		Flexão/compressão - resistência e estabilidade à cobertura
7	Frechal da cobertura		Compressão/cisalhamento - resistência e estabilidade à cobertura
8	Pilar do pav. superior		Compressão - resistência vertical
9	Parede pav. superior		Flexão/compressão tração/cisalhamento - resistência e estabilidade da edificação
0	Pilar/"gigante" pav. superior		Compressão - resistência vertical
1	Parede pav. térreo		Flexão/compressão tração/cisalhamento - resistência e estabilidade da edificação
2	Fundação		Compressão/cisalhamento - resistência e estabilidade da edificação

Por fim, destaca-se que a grande complexidade dos trabalhos executados pelo IPT em São Luiz do Paraitinga, envolvendo 56 edificações tombadas pelo patrimônio histórico estadual e arruinadas pela enchente de 2010, trouxe como ganho secundário e não menos importante a colheita profícua de conhecimentos específicos. Esta rica experiência poderá ser aproveitada por outras comunidades, por órgãos ligados à preservação do patrimônio histórico e também pelas próprias instituições governamentais.

Na sequência desses primeiros passos que foram dados para a reconstrução de São Luiz do Paraitinga, as ações planejadas para as próximas fases dos trabalhos deverão ser implantadas, tendo por intuito devolver a normalidade de vida à população local, incluindo, além das edificações históricas, as moradias das famílias comuns.■

FURP - Presente no 55º Congresso Estadual de Municípios

Estandes 72 e 74

FURP - o laboratório oficial do Estado de São Paulo

- Produz atualmente **52** medicamentos em **76** apresentações
- Atua em mais de **três mil** municípios brasileiros
- Possui certificação **NBR ISO 9001:2008**, concedida pela Fundação Vanzolini
- Inaugurou a **primeira fábrica pública para produção de medicamentos genéricos**
- Operacionaliza as **Farmácias Dose Certa**, que distribuem gratuitamente cerca de 60 tipos de medicamentos



Entre em contato:

11 2423-6210 | 0800 055 1530

www.furp.sp.gov.br



Educação de Andradina supera índices de desenvolvimento

Por Daniela Bertoldo

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB 2009 do município de Andradina/SP foi superior à meta prevista para o ano de 2013. Os índices ainda mostraram números superiores à média das 4^{as} séries/5^{os} anos do País e do Estado de São Paulo.

O resultado nacional foi divulgado pelo Ministério da Educação e pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

O município conseguiu atingir o índice de 5,9, dando um significativo salto qualitativo (em 2005, o índice foi de 4,8 e em 2007 alcançou 5,0). A EMEF Profª Anna Maria Marinho Nunes atingiu 6,9. “O IDEB é um excelente

instrumento de avaliação que apresenta com detalhes os indicadores das dificuldades e falhas do processo de ensino e de aprendizagem, proporcionando aos responsáveis pela educação o planejamento adequado e eficiente das ações”, afirma a secretária municipal de Educação, Tamiko Ioue.

Tamiko atribui a excelente classificação aos investimentos realizados, à formação continuada e ao trabalho coletivo focado nas necessidades das escolas. “Almejávamos elevar o IDEB significativamente. Apostamos alto e os índices apresentados, mais elevados que o do Estado de São Paulo, são prova de que as ações desenvolvidas deram resultado”.

A “receita” também está no trabalho pedagógico, focado no planejamento de ações pontuais, identificados através de avaliações internas e externas e estabelecendo metas a serem atingidas. Atrelado a isso estão os investimentos em recursos materiais pedagógicos (a rede municipal de ensino utiliza material apostilado do sistema COC/NAME) e de infraestrutura física, e a atenção à situação salarial.

Outro fator que contribuiu com esse resultado, segundo a secretaria de Educação, foi a descentralização ocorrida com a municipalização do ensino. “Com isso, a Secretaria Municipal de Educação gerencia somente as escolas da rede munici-



pal, permitindo assim mais facilidade para identificar as necessidades e a busca de soluções". Os bons resultados representam elevação da qualidade de ensino, configurando um retorno de destaque aos investimentos realizados.

Também representou um trabalho valioso aos alunos, pois, "além da sólida formação intelectual e humanística, desenvolveram competências e habilidades essenciais ao mundo do trabalho e às práticas sociais, estando melhor preparados para o exercício da cidadania e prosseguimento nos estudos posteriores"

Novas metas

A Secretaria Municipal de Educação iniciou o ano letivo de 2011 com dados obtidos nas avaliações externas: SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) e o IDEB (Índice de Desenvolvimento Educacional do Brasil) e já preparou um planejamento estratégico para trabalhar mais competências e habilidades em todas as séries.

O prefeito de Andradina, Jamil Ono, garante que a Prefeitura faz o que está ao seu alcance para que as mudanças na educação não passem apenas de um discurso ou um slogan. "Transformar a educação para um ideal é uma filosofia de trabalho e um desafio de nossa administração".

A secretária da Educação ressalta que as expectativas para os próximos resultados do IDEB são de otimismo e confiança no trabalho realizado pela Educação e pelas Escolas, com apoio do Governo Municipal. "Queremos avançar novos patamares, por meio

da preparação dos alunos, para o exercício pleno da cidadania e condições de prosseguimento nos estudos". Para ela, a melhoria da auto-estima e maior motivação da comunidade escolar por todos os resultados e ações realizadas na Educação têm resgatado a credibilidade dos pais e da sociedade em relação à Escola Pública Municipal.

Merenda escolar de cara nova

A merenda escolar andradinense também passou por melhorias, após a retomada da gestão do setor pela Prefeitura Municipal, antes terceirizada. Hoje, tem sido referência em qualidade. "Conseguimos garantir a melhoria da alimentação dos alunos e, com isto, o desenvolvimento físico e intelectual das crianças. Além disso, promovemos uma grande economia, revertida a investimentos na educação", comentou o prefeito Jamil Ono.

Foram feitos diversos investimentos, como aquisição de veículos para transporte da merenda e de eletrodomésticos, visando proporcionar uma boa estrutura de atendimento à Merenda Escolar.

A preparação das refeições é orientada por uma nutricionista, oferecendo alimentação com alta qualidade nutricional, cardápio variado, diferenciado e especial para as datas comemorativas. "Isso estimula hábitos saudáveis alimentares e o incentivo ao consumo da merenda que está tendo ótima aceitação pelos alunos e uma avaliação muito positiva pelas famílias", ressalta a secretária de Educação. □



Responde



As respostas às perguntas formuladas por Prefeituras, Câmaras, técnicos e demais entidades vinculadas aos Municípios paulistas, associados da APM, são de responsabilidade do Conselho Técnico da entidade, sob coordenação do

Dr. Antonio Sergio Baptista, advogado, especialista em Direito Público Municipal.

1) É ilegal o aditamento do objeto contratual em 25% ou 50%, no caso de reforma, que apesar de permitido pela lei de licitações, provoque um aumento de valor contratual que supere o valor limite da modalidade escolhida na licitação?

Resposta: Não. A modalidade de licitação que a administração pretende adotar é escolhida em função do valor estimado da futura contratação (Lei nº 8.666/93, artigo 23, caput). Ora, quando se inicia um procedimento licitatório não há que se falar, a priori, em aditamento ao objeto.

2) Presidente de Câmara Municipal que é servidor estadual pode acumular?

Resposta: Não. A doutrina e a jurisprudência têm entendido que o Presidente da Câmara acumula o exercício do mandato com atividades administrativas inerentes às funções de Presidente da Casa. Trata-se, portanto, de incompatibilidade de horários, obstáculo intransponível.

3) Em face da complexidade do objeto colocado em determinada licitação, pode a administração constituir uma comissão especial para julgar o certame? Podem ser convidados elementos não vinculados à Administração? Os serviços prestados poderão ser remunerados?

Resposta: A resposta é positiva. O “caput” do artigo 51 da Lei nº 8.666/93 admite a formação de comissão especial e o parágrafo 5º, muito embora tratando de concurso, relaciona os requisitos: reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.

Portanto, tanto poderá ser formada uma comissão especial, composta de membros da comissão permanente e outros convidados, servidores ou não, como poderá ser formada apenas a comissão especial para aquela específica matéria objeto da licitação.

Finalmente, quanto aos convidados, se não for possível a gratuitade, sempre recomendada, não vislumbramos qualquer obstáculo quanto a serem remunerados,

desde que respeitados os princípios constitucionais da economicidade e razoabilidade, devendo ser justificada, quando for o caso, a contratação por inexigibilidade.

4) A licitação na modalidade pregão presencial prevista na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pode ser utilizada para contratar uma obra pública?

Resposta: o pregão é uma modalidade de licitação que tem como pressuposto básico a aquisição de bens ou serviços de natureza comum, ou seja, de bens e serviços corriqueiros, facilmente encontrados no mercado. Assim, considerando-se esta peculiaridade do pregão, seja presencial, seja eletrônico, torna-se impossível sua utilização para a contratação de obra pública que exige, no mínimo, projeto básico (confira-se o artigo 7º da Lei nº 8.666-93).

5) Pode ser realizada uma só concorrência pública para a execução de duas obras e serviços de engenharia, ainda



que em diferentes locais do Município, mas que guardam certa relação entre si?

Resposta: Individuosamente trata-se da hipótese de diferentes contratações que, com fundamento no princípio geral, poderiam ser conduzidas de forma autônoma, independente, já que a lei cuida da exceção – realização conjunta e concomitante - quando presente a situação prevista no parágrafo 5º do artigo 23.

No entanto, considerando-se que a administração dispõe da faculdade para realizar suas licitações da forma que melhor atenda ao interesse público e, ainda, levando-se em linha de conta que a norma citada não é de restrição ou vedação e que, portanto, admite certa discricionariedade, não vislumbramos qualquer obstáculo para que seja realizada uma só licitação, na modalidade que comporte o somatório das duas obras, até porque presente e tecnicamente justificado o interesse público.

6) Servidor ocupante de cargo exclusivamente em comissão pode ser designado como membro de comissão de sindicância?

Resposta: Sindicância é o procedimento investigativo pelo qual se busca apurar a verdade material, ao cabo do qual haverá uma conclusão.

Ora, é inquestionável que os membros da comissão devem, ao longo do período de investigação, formar convicção a respeito dos fatos postos e suas consequências e, por esta razão, seria rematado absurdo convocar, para membro permanente de comissão de sindicância, servidor cujo vínculo com a administração é sempre precário, já que demissível a qualquer tempo.

7) Vereador pode ocupar cargo em comissão na Prefeitura Municipal?

Resposta: Não. A ofensa ao princípio da moralidade seria inequívoca. A missão do vereador, como membro do Poder Legislativo, é de controle externo – fis-

calização – dos atos do Poder Executivo. Tal encargo constitucional na se coaduna com o exercício de cargos em comissão que, a toda evidência, são dotados de forte carga de confiança. A incompatibilidade salta aos olhos. Confira-se o quanto posto no artigo 31 da Constituição Federal.

No entanto, apesar de não ter sido objeto de questionamento, abro exceção para os casos de Vereadores nomeados para o cargo de secretários municipais porque, nos termos do comando grafado no § 4º do artigo 39 da Constituição Federal, são considerados como agentes políticos, titulares de cargos que integram a organização política do Município.

Aliás e para concluir, lembro que o saudoso municipalista Hely Lopes Meirelles ao tratar do tema agentes políticos, em sua inigualável obra Direito Municipal Brasileiro anota, em feliz síntese: Nesta categoria (agentes políticos) encontram-se, na órbita municipal, o chefe do Executivo (prefeito) e seus auxiliares imediatos (secretários municipais)...(obra citada, Editora Malheiros, 12ª edição, pág. 555).

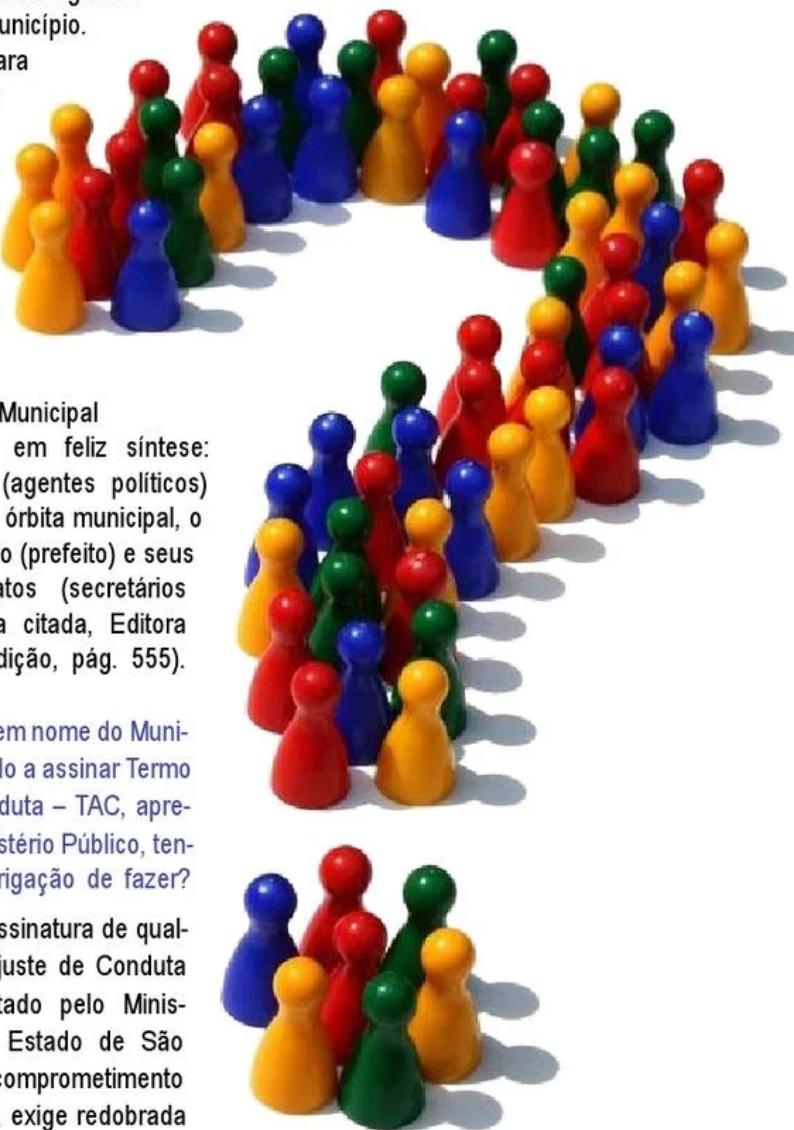
8) O Prefeito, em nome do Município, está obrigado a assinar Termo de Ajuste de Conduta – TAC, apresentado pelo Ministério Público, tendo por objeto obrigação de fazer?

Resposta: A assinatura de qualquer Termo de Ajuste de Conduta – TAC, apresentado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, significa comprometimento futuro e, portanto, exige redobrada

cautela, inclusive com a realização de estudos dos impactos orçamentários e financeiros decorrentes da obrigação de fazer.

Além disso, é preciso acautelar-se, também, em relação à invasão da competência e autonomia asseguradas aos Municípios pela Constituição Federal.

Finalmente, lembro que a APM possui um Conselho Técnico, formado por especialistas em direito público, que se encontra à disposição dos Municípios associados para dirimir dúvidas pontuais a respeito do tema.■



Municípios Aniversariantes

mês de
março

Monte Aprazível - 10 de março



Angatuba - 11 de março



Teodoro Sampaio - 21 de março



Iperó - 21 de março



Barra Bonita - 19 de março



Ipeúna - 21 de março



Municípios Aniversariantes



mês de
março



Municípios Aniversariantes

mês de
março

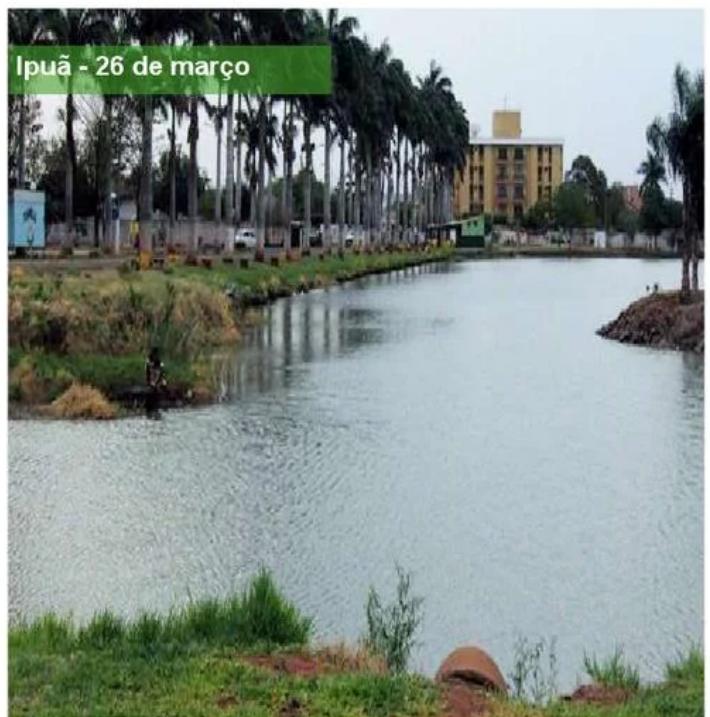
Potirendaba - 21 de março



Ribeirão Bonito- 05 de março



Ipuã - 26 de março



Itupeva - 21 de março



Municípios Aniversariantes



mês de
março



Coronel Macedo - 21 de março



Ituverava - 10 de março



Américo Brasiliense - 21 de março



Itirapua - 27 de março



Arandu - 19 de março



Municípios Aniversariantes



Municípios Aniversariantes



mês de
abril



Lins - 21 de abril



Mococa - 05 de abril



Álvares Florence - 10 de abril



Lençóis Paulista - 28 de abril



Palmital - 21 de abril



Mogi Guaçu - 09 de abril





PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Por: Isabela Giglio*

Com vistas ao adequado atendimento das necessidades da população, as parcerias público-privadas (PPP) surgiram como um novo modelo de prestação de serviços públicos, que propõe a união de esforços, recursos e competências da Administração Pública e da iniciativa privada.

Objetiva-se, com o instituto, trazer investimentos privados para a realização de determinados projetos cuja implementação não seria possível através dos meios tradicionais de contratação com o Poder Público.

Por outro lado, permite-se, por meio da PPP, que a iniciativa privada realize

negócios relativos a atividades que tradicionalmente vinham sendo desenvolvidas exclusivamente pelo setor público.

Os projetos de PPP podem envolver tanto a prestação de serviços públicos, como os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, quanto a execução de obras públicas, a exemplo da modernização desses sistemas, ou fornecimento e instalação de bens.

Caracterizam-se, fundamentalmente, pela participação financeira da Administração no custeio do serviço público contratado; pela possibilidade de remuneração

do parceiro privado em função do seu desempenho; pela a repartição dos riscos inerentes ao projeto entre a Administração e o parceiro privado; e, ainda, pelo estabelecimento de garantia de pagamento da remuneração em favor do parceiro privado.

Além disso, por meio da PPP, são estabelecidas metas a serem observadas pelo parceiro privado durante o período de vigência do contrato, o que faz com que o particular contratado assuma a responsabilidade pela busca da eficiência na prestação dos serviços, comprometendo-se com a obtenção de resultados positivos para o

atendimento das necessidades da população, sob pena de lhe serem aplicadas sanções estabelecidas contratualmente.

Sendo assim, tendo em vista as metas que lhe são fixadas contratualmente, o parceiro privado procura atender as necessidades da população com maior rapidez, melhor qualidade e um menor custo.

É interessante observar que não se admite a contratação de parcerias público-privadas cujos valores sejam inferiores a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); os prazos sejam inferiores a 05 (cinco) anos; ou, ainda, que o objeto único seja o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento ou instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Isso demonstra que o instituto está intimamente relacionado à implementação de grandes e vultosos projetos.

No âmbito do setor de saneamento básico, por exemplo, é notória a necessidade permanente de aporte de recursos financei-

ros, materiais, tecnológicos e humanos cabendo à Administração Pública o dever de buscar constantemente a melhor qualidade e eficiência na prestação desses serviços.

Com a contratação de PPP, ao particular incumbe o dever de realizar os investimentos necessários, conferindo-se ao Executivo Municipal maior liberdade para destinar recursos orçamentários para outras finalidades essenciais, que dependem da sua atuação direta, como habitação, saúde e educação.

Assim, as parcerias público-privadas representam um importante mecanismo para que a Administração Pública possa oferecer à população serviços com melhor qualidade e maior eficiência.■



Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, associada de Lacaz Martins, Halembek, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri Advogados, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro "Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa" e co-autora do livro "Vinte Anos de Constituição" isabela.giglio@lacazmartins.com.br.

55º Congresso Estadual de Municípios

De 12 a 15 de abril de 2011

Centro de Convenções Costa da Mata Atlântica



BRAS



Realização



Apoio



Prefeitura Municipal de São Vicente



Unesco premia IBGE por tecnologia utilizada no Censo 2010

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) recebeu da Unesco e da Netexplorateur, ONG francesa pelo desenvolvimento da sociedade digital, o prêmio de inovação tecnológica pelo Censo 2010. O presidente do instituto, Eduardo Pereira Nunes e o coordenador de informática do Censo, José Sant'Anna Beviláqua, foram a Paris, nos dias 3 e 4 de fevereiro, para a premiação.

O IBGE também participou de um fórum que discutiu os possíveis impactos socioeconômicos das inovações tecnológicas premiadas. A Netexplorateur é um observatório mundial para divulgação de novos usos da Internet em todo o mundo e a cada ano seleciona as 100 inovações mais promissoras e premia as 10 mais importantes.

De acordo com os organizadores da premiação, "em 2010 o IBGE realizou um censo completo da população brasileira para determinar a localização, tamanho e hábitos de cada família, ou seja, quase 200 milhões de habitantes. O uso extensivo de tecnologia móvel na pesquisa tornou-a a primeira operação totalmente digital em tal escala (...). A operação sem papel também proporcionou benefícios econômicos e ambientais".

Além do evento de premiação ocorreu um fórum, durante o qual foram apresentados os possíveis impactos socioeconômicos das 10 inovações premiadas. O objetivo foi ajudar os participantes – formuladores de políticas públicas, acadêmicos e representantes dos meios de comunicação e do mundo dos negócios - a entender como a cultura digital irá transformar seu ambiente, negócios e métodos de funcionamento, preparando-os para novas práticas e modelos de gestão.

Com o PDA (Personal Digital Assistant) a entrevista ficou mais rápida assim como a divulgação dos dados. Durante o censo a população pode acompanhar a evolução da coleta em todos os municípios brasileiros diariamente pela internet, aumentando a transparência da operação.

Devido à agilidade do PDA, o IBGE divulgou, ainda em novembro de 2010, o número total da população: são 190.732.694 brasileiros. Já os dados detalhados por temas, tais como: educação, trabalho, rendimento, fluxo migratório, religião e outros, serão divulgados conforme o seguinte cronograma preliminar.■

Segundo prêmio em um mês

Em dezembro, o diretor de Informática do IBGE, Paulo César Moraes Simões, já havia vencido a 11ª edição do Prêmio Profissional de Tecnologia da Informação 2010, no segmento "Governo", promovido pelo site Informática Hoje (<http://www.informaticahoje.com.br>), em reconhecimento à liderança que exerceu na área de Informática do Censo 2010.

Na primeira etapa da premiação, Simões foi escolhido por um conselho constituído por mais de 500 personalidades do setor de Tecnologia da Informação (TI) - entre executivos, empresários, consultores e acadêmicos. Estes indicaram 50 profissionais, em dez segmentos, para votação entre os assinantes do site – que apontou a lista final de 10 vencedores.

Abril de 2011	<ul style="list-style-type: none"> • Características da População, domicílios e entorno: primeiros resultados.
Julho de 2011	<ul style="list-style-type: none"> • Malha de setor censitário digital do Brasil: situação 2010 • Mapas municipais estatísticos • Base de informações: primeiros resultados por setor censitário
Setembro de 2011	<ul style="list-style-type: none"> • Características da população e dos domicílios: resultados do universo • Base de informações: resultados do universo por setor censitário
Outubro de 2011	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos • Base de informações: primeiros resultados da amostra por unidade da federação
1º trimestre de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Microdados da amostra • Características gerais da população: resultados da amostra • Características gerais dos indígenas: resultados do universo
Abril de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Atlas do Censo 2010: resultados do universo
2º Trimestre de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Migração e deslocamento: resultados da amostra • Nupcialidade e fecundidade: resultados da amostra • Característica dos domicílios: resultados da amostra
3º Trimestre de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Educação: resultados da amostra
4º trimestre de 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho e rendimento: resultados da amostra • Base de Informações: resultados da amostra por município • Atlas do Censo Demográfico 2010: resultados da amostra • Base de Informações: resultados da amostra por área de ponderação
1º Semestre de 2013	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia do Censo Demográfico 2010

OBS. Plano de Divulgação Preliminar - as datas estão sujeitas à alteração

Vereadores vicentinos querem aproximar Legislativo da população

Por: Assessoria de Imprensa da Câmara de São Vicente



Aproximar a população da Câmara. Este é o principal objetivo dos vereadores vicentinos neste ano. Com o sucesso das sessões itinerantes, projeto do vereador Caio França (PSB), iniciado em 2009 e que leva de dois em dois meses os vereadores para os bairros da cidade, novas ações devem ser implantadas.

De acordo com o presidente do Legislativo, vereador Pedro Gouvêa (PSB), agora é a vez de se criar mecanismos que tragam a população para dentro da Câmara. Para isso, Gouvêa apostou na criação de um Espaço Cultural. "Queremos expor à população o acervo de documentos e materiais da Casa (a Câmara Vicentina é considerada a mais antiga das Américas), além de aproveitar o espaço para a criação de mostras de artistas e escritores vicentinos", explicou.

Para se ter uma ideia da riqueza do acervo da Câmara, existe na Casa uma indicação de 1886, do vereador José Elias do Amaral Rocha, libertando os escravos do Município. O detalhe: um ano antes da Lei Áurea. Outra reliquia é uma placa que foi entregue durante a visita do cientista Albert Sabin na Câmara em 1982.

Outra aposta de Gouvêa é trazer todas as terças-feiras alunos da rede pública municipal para participarem de visita monitorada na Câmara. "Dessa forma, iremos estimular os jovens a participar das atividades políticas do Município".

A criação da Medalha de Mérito Profissional também é uma das ações que Gouvêa deve implantar ainda esse ano.

"Todo mês iremos homenagear um profissional. Por exemplo, no mês de fevereiro comemora-se o Dia do Zelador. Então, na última sexta-feira do mês realizaremos uma sessão solene em homenagem a esses profissionais".

Curiosidade

Martim Afonso de Sousa fidalgo notável, soldado valente e brioso, tanto quanto estadista de valor, que deu começo, propriamente, à História do Brasil, recebeu a missão de fixar, ao longo da costa Atlântica núcleos permanentes de população, para assegurar a posse das riquezas pilhadas por vorazes piratas e a terra ameaçada por nações européias mais fortes, em agressiva expansão colonialista.

Fixando-se na Ilha de Engaguassú, também chamada Morpion, hoje a nossa São Vicente, contou com o auxílio de João Ramalho, Antonio Rodrigues e o Cacique Tibiriça à frente de numerosos Guianazes. E em 22 de janeiro de 1532, fundou a Vila de São Vicente. Ergueu-se a Igreja e a cadeia, a casa da Câmara e a Alfândega. Estava assim criada a primeira Câmara de Vereadores em

nossa Pátria. Para o exercício da vereança era preciso ser Homem bom, entendido como tal ser português, de boa instrução e gozar de prestígio entre os habitantes.

Não podiam ser Vereadores os estrangeiros, os não católicos e os trabalhadores braçais. Competia a Câmara de Vereadores discutir e resolver os problemas referentes a arroamento, construções, limpeza, ordem pública, taxas e impostos, divisão e posse de terras, heranças. As Câmaras eram formadas por três Vereadores, um Procurador, dois Almotacés e um Escrivão.■

Dados Gerais:

Palácio 22 de Janeiro

(Câmara Municipal de São Vicente)

Rua Jacob Emmerich, nº 1195

Parque Bitaru- São Vicente SP

CEP: 11310-071

Fax: (13) 3569-1568/Fone: (13) 3569-1500

E-mail:

camara@camarasovicente.sp.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Pedro Gouvêa (PSB) - presidente

Marco Bitencourt (PRP) - vice-presidente

Marcelo Correia (PP) - 1º secretário

Hilton Macedo (PSDB) - 2º secretário

Caio França (PSB)

Diogo Batista (PP)

Eronaldo José de Oliveira, Ferrugem (PDT)

Gilberto do Laboratório (PSB)

José Eduardo (PSB)

José Soares (PSDB)

Juracy Francisco, Jura (PT)

Paulo Lacerda (PSB)

Roberto Rocha (PSB)

Wilson Vargas, Tiça (PDT)

Valter Vera (PSB)

Soluções Digitais Editora Saraiva

Ajudam seu município na construção de uma escola sempre melhor



Uma solução multimídia para as áreas de **Matemática** e **Inglês** desenvolvida a partir de situações do cotidiano, com recursos lúdicos e linguagem didática integrada com DLM, um sistema de gerenciamento da vida escolar de cada aluno. É possível criar atividades e avaliações de matemática a partir dos descritores da Prova Brasil, assim como observar relatórios de desempenho dos alunos em tempo real.

Ensina - Acompanha - Recupera



A mais nova plataforma de **Avaliação e Gerenciamento de Aprendizagem** para o Ensino Médio

Um sistema completo de avaliação e diagnóstico, estruturado a partir de questões que avaliam o conteúdo das disciplinas do Ensino Médio e Competências e Habilidades exigidas pelo MEC.



Avalia - Diagnóstica - Aponta soluções

Conheça toda a linha de soluções digitais da Editora Saraiva
www.saraivamultimidia.com.br





AS PREFEITURAS E O TRIBUNAL DE CONTAS

Por Sérgio Ciquera Rossi*

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo tem, assim como todas as demais Cortes de Contas, competências constitucionais bem definidas para exercer em sentido amplo a fiscalização das receitas e despesas públicas.

Todavia, o nosso Tribunal, sem abdicar dessas competências, incorporou missão que considera indispensável à eficácia da fiscalização que opera.

Trata-se da missão pedagógica que nos impusemos e que nesses últimos 20 (vinte) anos tornou-se marca distinta de nossa atuação. Afinal, mais de 30 (trinta) eventos com agentes públicos municipais são realizados anualmente.

E por que essa missão?

Porque vivenciamos as dificuldades que assolam os Municípios, principalmente os pequenos, grande maioria em nosso Estado.

A reforma tributária parece longe de vir a acontecer, então aos Municípios toca cumprir tantas obrigações com poucos recursos.

Afinal são 25% da receita corrente líquida no ensino, outros 15% na saú-

de, de 40 a 50% de gastos com pessoal, percentual ou parcela anual para precatórios judiciais, recursos para programas de apoio aos jovens e adolescentes e algumas outras quase sempre obrigatórias.

É aí que o Tribunal cumpre o seu papel pedagógico e o faz com a esperança de que sua contribuição possa minimizar os entraves orçamentários da Administração. Contudo os resultados não têm sido os esperados. No ano de 2008, 326 (trezentas e vinte e seis) contas foram objeto de Pareceres Favoráveis e 318 (trezentas e dezotto) contrários à aprovação dessas contas.

O diagnóstico que se pode fazer é que vários motivos concorrem para esses desastrosos resultados. Mas, pessoalmente, a determinante maior é a sistemática inobservância ao planejamento, pilar maior da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sem planejamento a administração pública terá as mesmas dificuldades de qualquer família ou empresa que não esteja bem estruturada.

As administrações estão compelidas a

administrar tão somente prioridades e ainda assim hão de contê-las se recursos faltarem.

Evidente que todos que assumem um mandato eletivo, especialmente o de Chefe do Executivo, vêm repletos de disposição em mudar o rumo das coisas e oferecer à população benefício que os distinguam dos outros. Mas nem sempre isso é possível e então há de administrar o que se tem e, pelo menos com isso prestar adequadamente, suas contas anuais e evitar colher resultados negativos para os quais nunca quis concorrer.

Vale a pena então ouvir a orientação do Tribunal de Contas, o que alguns administradores ainda não acreditam.■

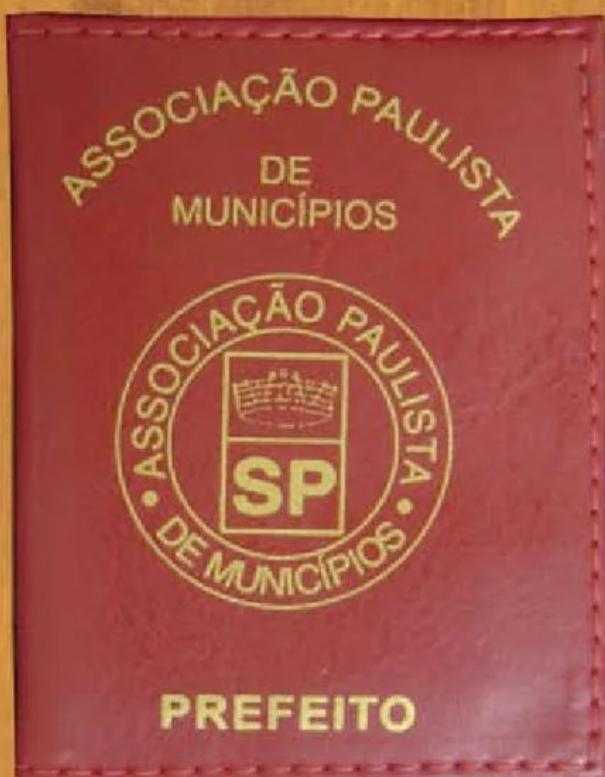


*Sérgio Ciquera Rossi é advogado, é secretário-diretor geral e substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Carteira de

Agente Público Municipal

A Carteira de Agente Público Municipal está de cara nova! Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os Municípios associados à APM, podem solicitar a sua. Uma prática carteirinha confeccionada pensando em você Gestor Municipal.



Confira abaixo as vantagens de ser um associado:

- ✓ Carteira de Identificação do Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores;
- ✓ Isenção da taxa de inscrição para Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, secretários municipais e técnicos do Executivo e Legislativo nos Congressos realizados pela APM; Congresso Estadual de Municípios e CBTIM;
- ✓ Desconto na taxa de inscrição para Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, secretários municipais e técnicos do Executivo e Legislativo nos cursos e seminários realizados pela APM;
- ✓ Isenção para acesso webcast, curso pela internet;
- ✓ Direito a voto nas Assembleias, exercido pelo(a) Prefeito(a);
- ✓ Acesso aos serviços da APM, como também de pareceres e consultas jurídicas;
- ✓ Sala dos Municípios equipada à disposição.

Solicite agora mesmo a sua carteirinha de Agente Público Municipal



Informações

Associação Paulista de Municípios

Fone: (11) 2165-9999 | E-mail: apaulista@apaulista.org.br

“... é contra
Direito julgar ou
emitir parecer,
tendo diante dos
olhos, ao invés
da lei em conjun-
to, só uma parte
da mesma”.
(Carlos Maximi-
lano, Herme-
nêutica e Aplica-
ção do Direito,
Editora Forense,
19ª edição, pág.
104/5).



NÚMERO DE VEREADORES: INTERPRETANDO A EMENDA CONSTITUCIONAL N° 58

Por Antonio Sergio Baptista*

O período pré eleições municipais já está em curso. Candidatos aos mandatos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador já começaram a despontar no cenário político; surgem, também, os primeiros questionamentos de ordem jurídica, com realce para o tema: número de vereadores, tendo em vista a eficácia plena, para o pleito municipal de 2012, do novo regramento, introduzido na Constituição Federal pela Emenda nº 58, de 2009, tendo por escopo disciplinar o número de vereadores das Câmaras Municipais, em proporção às populações dos respectivos Municípios.

A Emenda nº 58 alterou a redação primiti-

va do inciso IV, do artigo 29¹, da Constituição Federal e, portanto, antes de tudo, é oportunamente comparar os textos, anterior (originário) e atual (derivado), desnecessária a transcrição de todas as alíneas. Assim temos:

TEXTO ANTERIOR: “IV – número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:

a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;

TEXTO ATUAL: “IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes;”

Como se lê, o constituinte originário, ao tratar da composição das Câmaras Municipais, estabeleceu duas premissas fundamentais, quais sejam:

1. a proporcionalidade entre o número de vereadores e a população do Município e,

2. limites mínimo e máximo em relação àquela proporção.

No entanto e diferentemente, o constituinte derivado alterou uma das premissas fundamentais originária, para fixar apenas o limite máximo do número de vereadores ►

Artigo Jurídico

de cada Município em proporção à população.

Neste passo, colocam-se as seguintes indagações:

1. A Câmara Municipal, através de alteração na Lei Orgânica do Município - instrumento legal para disciplinar a matéria -, poderia fixar, aleatoriamente, o número mínimo de vereadores, desde que observado o limite ou teto constitucional?

2. Em caso positivo, este mínimo poderia ser inferior a nove vereadores, que é o número mínimo fixado na redação primeira do dispositivo constitucional e, agora, o número máximo para os Municípios de até 15 mil habitantes?

A dúvida assenta-se na defeituosa redação do comando posto na Emenda Constitucional e, para solver a questão, começo por lembrar princípio fundamental albergado no § único, do artigo de abertura da Constituição de 1988: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição."

Ora, a representatividade, colocada no texto constitucional como princípio fundamental, espraiaria-se por todo o ordenamento supremo da nação, através da garantia de eleições, majoritárias e proporcionais, para Presidente da República, Governadores dos Estados e do Distrito Federal, Prefeitos municipais, Senadores, Deputados Federais, Estaduais e Distritais e Vereadores.

O Poder Constituinte derivado, por força de múltiplas limitações colocadas no texto original, está sujeito às "restrições impostas pela Assembléia Nacional Constituinte, como aquelas que tipificam as limitações materiais explícitas ao exercício de extraordinária prerrogativa institucional de emendar texto de nossa Lei Fundamental.", como bem lembra o festejado Celso de Mello, ilustre Ministro Supremo Tribunal Federal, em razões de voto acostado a ADI 2.362 – MC/DF².

Assim sendo, por força do princípio constitucional fundamental da representação popular, através de mandatários eleitos, o constituinte derivado não estava autorizado a alterar tal representatividade, deixando aberta, no texto introduzido no ordenamento constitucional, a possibilidade de redução do número mínimo de vereadores fixado originariamente: NOVE.

"A revisão constitucional, embora se possa traduzir na alteração de muitas dis-



posições da Constituição, conserva um valor integrativo, no sentido de que deve deixar substancialmente idêntico o sistema constitucional. A revisão serve para alterar a Constituição, mas não para mudar de Constituição.", advertem os mestres J.J.Gomes Canotilho e Vital Moreira³.

Aliás, no magistério de Gilmar Mendes, festejado constitucionalista e insigne Ministro do Supremo Tribunal Federal, as cláusulas pétreas, fundamentais ou derivadas, como no caso, "devem impedir, todavia, não só a supressão da ordem constitucional, mas também qualquer reforma que altere os elementos fundamentais de sua identidade histórica.

Ora, o número mínimo de vereadores, de cada legislativo municipal, é não só elemento fundamental, mas, em especial, guarda uma identidade histórica constitucional, consagrada no texto originário de 1988.

Portanto, a meu sentir, é inegável que na

fixação do número de vereadores, de cada Câmara Municipal, deve ser preservado o mínimo de nove, respeitada a identidade histórica, a que alude Gilmar Mendes, até porque, não tenho dúvidas em afirmar, foi este o sistema desejado pelo constituinte originário.

Assim e na mesma linha de intelecção, agora falando do novo texto, entendo que o limite máximo do número de vereadores, de cada faixa populacional, deve ser o mínimo de cada faixa subsequente. Trata-se de interpretação mais conforme o sistema posto no arcabouço da Carta de 1988, sendo certo que, para os Municípios com até 15.000 o mínimo e o máximo se confundem.

Finalmente, quanto ao limite máximo, trata-se de evidente comando constitucional de vedação que, no entanto, admite a discricionariedade de cada Câmara, para a fixação em número inferior, desde que respeitado o número mínimo, na forma da interpretação sistemática que defendo nas razões acima aduzidas.■

¹Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

²www.stf.jus.br

³Fundamentos da Constituição, Coimbra Editora, 1991, pág. 289 - grifei



*Antonio Sergio Baptista é advogado e especialista em Direito Público

APRECESP MIRA DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ESTÂNCIAS PAULISTAS

Entidade reúne 67 cidades espalhadas pelo Estado de São Paulo

Por: Assessoria de Imprensa Aprecesp



Destinos com grande potencial turístico, as cidades-estância paulistas ganharam em 1985 o respaldo e incentivo da Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo (Aprecesp). A entidade privada sem fins lucrativos, com visão mercadológica, consolidou-se na defesa dos interesses e do desenvolvimento de 67 municípios do Estado.

“São cidades com variados apelos históricos, culturais, esportivos e de aventura, aptas a receber todo o ano diferentes perfis de visitantes. Nossa papel é atuar como canal de divulgação desses atributos, além de contribuir para o intercâmbio

de conhecimentos entre as prefeituras associadas”, comenta o atual presidente Antonio Luiz Colucci, prefeito de Ilhabela.

As estâncias são classificadas como balneárias, climáticas, hidrominerais e turísticas, a partir de critérios estabelecidos pelo Governo do Estado de São Paulo. Ao ganharem esta condição, os municípios passam a ter direito a recursos do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE) – anteriormente ligado à Secretaria Estadual do Planejamento e, atualmente, vinculado à Secretaria de Turismo. As verbas devem ser utilizadas especificamente para investimentos em infraestrutura turística.

Desde a fundação da entidade, o número de estâncias associadas foi crescendo pouco a pouco. Hoje o número subiu para 67, com adesões de importantes destinos como Santos e Guarujá”, relata Colucci, que preside uma diretoria constituída pelo vice-presidente Herculano Castilho Passos Junior. (prefeito de Itu) e por outros cinco membros, todos prefeitos.

Atribuições

Para auxiliar na constante evolução das estâncias e fazer delas referências em hospitalidade, a associação mantém estreitos contatos com secretarias estaduais, ministérios, empresas privadas, além de organizações não governamentais. “Também promovemos reuniões periódicas entre os associados sempre em uma cidade-estância, para estimular o fórum de debates, bem como cursos de capacitação para gestores públicos do turismo”, destaca Colucci.

A entidade tem assento no Conselho Estadual de Turismo, na Câmara de Turismo da Federação do Comércio e no COC - Conselho de Orientação e Controle, participando frequentemente das principais feiras e eventos voltados ao trade turístico.

Conquistas

Recentemente, a Aprecesp firmou um acordo de cooperação com o São Paulo Convention & Visitors Bureau. A parceria permite às estâncias figurarem no rol de destinos para visitantes da capital paulista, como opções de hospedagem e serviços para o pré ou pós evento. “Exergamos nossos associados como parte essencial da atividade turística estadual. Desta maneira, São Paulo reforça sua imagem como um destino rico em ofer-►

Entidade

tas para todos os gostos", opina Colucci.

Outra conquista foi a implementação do site da entidade com informações institucionais da associação, além de um calendário de eventos, estâncias associadas e atas de reuniões. Em 2010, a associação reeditou o Guia das Estâncias do Estado de São Paulo. Com mais de 100 páginas, a publicação traz sugestões de hospedagem, restaurantes, pontos turísticos e curiosidades de cada estância.

A sede da Aprecesp está situada na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 2.504, 5º andar, próxima à Avenida Paulista.

ceu na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com a presença do Secretário de Turismo, Márcio França.

Segundo o novo presidente, a Aprecesp vem se tornando cada vez mais representativa e com prestígio entre as estâncias do Estado. Foram estabelecidas reuniões bimestrais com os prefeitos para discutir temas de interesse turístico das cidades, com a participação de personalidades de diversos setores da sociedade civil. "Vamos dar continuidade ao excelente trabalho da gestão anterior, que conseguiu atrair mais municípios para a associação", destaca Colucci.

Herculano, que passa a ocupar o cargo de vice-presidente na nova gestão, aponta também a promoção de eventos, cursos e parcerias como fatores que impulsionaram sua atividade nos últimos anos. "Um dos acordos de cooperação foi firmado com o São Paulo Convention & Visitors Bureau, que permite às cidades estância figurarem no rol de destinos para visitantes da capital paulista pré ou pós-eventos", finaliza. ■

Eleição

O prefeito de Ilhabela, Antonio Luiz Colucci, assumiu em 26 de janeiro a presidência da entidade para o ano de 2011. Colucci substitui Herculano C. Passos Junior, prefeito de Itu, que ficou à frente da entidade em 2009 e 2010. A cerimônia de posse da nova diretoria executiva aconte-

NOVA DIRETORIA

Diretoria Executiva

Presidente:

Antonio Luiz Colucci (Prefeito de Ilhabela)

Vice-Presidente:

Herculano C. Passos Junior (Prefeito de Itu)

1º Secretário:

Ana Lucia Bilard Sicherle (Prefeita de São Luiz do Paraitinga)

2º Secretário:

Agenor Mauro Zorzi (Prefeito de Santa Rita do Passa Quatro)

1º Tesoureiro:

Rogélio Barchetti Urrêa (Prefeito de Avaré)

2º Tesoureiro:

Paulo Wiazowski Filho (Prefeito de Mongaguá)

Conselho Fiscal

Antônio Márcio de Siqueira (Prefeito de Aparecida)

José Mauro Dedemo Orlandini (Prefeito de Bertioga)

Francisco Rodrigues (Prefeito de Piraju)

Francisco Pereira de Sousa (Prefeito de Poá)

Antonio Carlos Favaleça (Prefeito de Santa Fé do Sul)

Eduardo Speranza Modesto (Prefeito de São Pedro)

Soluções para
cada necessidade,
da seleção à
avaliação!



- Concursos Públicos
- Avaliação Educacional
- Treinamento e desenvolvimento
- Programa para formação
- Avaliação psicológica
- Processo seletivo
- Consultoria
- Vestibular

Av. Paulista, 2.001 - 13º andar
Cerqueira César - CEP 01311-300
São Paulo - Capital
Tel. (11) 3146-2770
Fax (11) 3285-0033

www.cetroconursos.com.br


CETRO
CONCURSOS PÚBLICOS



Diário Oficial na internet. Economia para o município que publica, transparência para o cidadão que navega.

Recém-lançado pela APM, o **Diário Oficial dos Municípios do Estado de São Paulo** trará enorme economia para os municípios que poderão usufruir dos benefícios das publicações em meio eletrônico.

Além de ecologicamente correto, o **Diário** atende todas as exigências legais para a publicação dos atos oficiais. Os municípios paulistas poderão publicar eletronicamente seus avisos de licitações, extrato de contratos, termos de adjudicação e homologação, leis, decretos, portarias, relatórios de gestão fiscal, atas, dentre outros.

Municípios de outros estados que aderiram tiveram uma economia média de 80%.

O **Diário Oficial** será publicado diariamente na Internet, com acesso pelo site da APM. A qualquer instante, os gestores, técnicos, fornecedores ou qualquer cidadão interessado poderão imprimir quantas cópias julgarem necessárias, da edição atual ou das passadas.

Para utilizar o **Diário Oficial**, o município filiado à APM deve primeiramente solicitar a sua adesão pelo telefone (11) 2165-9999. Em seguida, será orientado sobre como aprovar o Projeto de Lei adotando o **Diário** como veículo oficial do Município. A APM então treinará os técnicos e gestores do Município para utilização do sistema. Faça hoje mesmo a sua adesão.

Rua Major Sertório, 128 - 9º andar – São Paulo/SP – CEP 01222-000
Fone/fax: (11) 2165-9999 – www.apaulista.org.br – diariooficial@apaulista.org.br

www.diariomunicipal.com.br/apm



Oportunidade para Melhoria da Qualidade do Sistema de Iluminação Pública

Por: Ramon Almeida / Engenheiro Eletricista e Consultor

No último mês de março/2011 encerrou-se o prazo para que as concessionárias distribuidoras de energia elétrica em todo o país elaborarem o Plano de Repasse às Prefeituras dos ativos de iluminação pública que ainda entendam estar sob sua responsabilidade, conforme determina a Resolução 414/2010 da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica em seu artigo 218, que prevê, também, a atualização dos compromissos contratuais para fornecimento da energia elétrica necessária ao funcionamento da iluminação pública municipal.

Trata-se de uma etapa fundamental no cronograma da completa transferência do parque de iluminação pública definitivamente para a gestão municipal, como previsto no artigo 30º da Constituição Federal, que estabelece a competência dos Municípios para “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local.”

Segundo dados da ANEEL, levantados pelo volume de faturamento neste segmento, mais de 70% (setenta por cento) das cidades já assumem a responsabilidade pela gestão do seu sistema de iluminação pública, criando um melhor controle patrimonial, um melhor sistema de atendimento ao público, promovendo redução de custos e, ainda, permitindo o monitoramento da qualidade do serviço prestado à sociedade através de indicadores de desempenho que aferem mensalmente a excelência deste importante serviço público.

A iluminação pública, já comprova di-

versas pesquisas, favorece decisivamente a redução da violência e criminalidade, principalmente porque todos gostariam de perceber com maior nitidez e antecedência aqueles aos quais nos aproximamos quando circulamos pela cidade à noite. Aliás, tanto o exercício da segurança preventiva quanto o desejo de experimentar uma maior sensação de segurança dependem de uma iluminação pública confiável e adequada.

Como a iluminação pública não compõe a parte central do seu negócio que é distribuir energia, a maior parte das concessionárias distribuidoras de energia elétrica (talvez todas) que ainda detém a responsabilidade pela operação e manutenção do sistema de iluminação pública municipal, realiza estas atividades de forma meramente corretiva, deixando de enviar aos municípios relatórios mensais que ajudem na aferição da qualidade do serviço, tais como: a quantidade de reclamações feitas pelos cidadãos, o tempo de atendimento às reclamações (que, em muitos casos, não poderia ultrapassar 24h), a preservação do cadastro de iluminação mensalmente atualizado (favorece o controle do patrimônio público municipal), a quantidade de lâmpadas acessas à noite e/ou apagadas de dia (favorece o aumento da vida útil do conjunto luminoso), a limpeza das luminárias (favorece o embelezamento urbano), a realização da manutenção preventiva no sistema de iluminação pública etc.

Por outro lado, os municípios que assumiram a gestão do seu sistema de ilumi-

nação pública comemoram, por exemplo, índices superiores a 95% de lâmpadas permanentemente acessas à noite e/ou apagadas de dia, com notória percepção de satisfação dos habitantes, que voltam a circular mais facilmente à noite, contemplam paisagens e monumentos valorizados, aproveitam melhor as áreas de lazer, servem-se da segurança pública ampliada e sentem um maior orgulho de pertencer à sua cidade. Definitivamente, a melhoria da qualidade do sistema de iluminação pública beneficia a qualidade de vida de todos que habitam uma cidade, fazendo com que o espaço público possa ser bem aproveitado no período noturno.

A determinação da ANEEL em fixar prazos para que as concessionárias distribuidoras de energia elétrica que ainda não tomaram esta atitude transfiram definitivamente os ativos de iluminação pública à pessoa jurídica de direito público competente, ou seja, os municípios brasileiros, deve ser comemorada de forma eloquente por todas as cidades brasileiras que, de uma só vez, preservam o cumprimento da Carta Magna, resgatam o domínio sobre o patrimônio público e projetam um melhor padrão de excelência para bem servir à sociedade local.

Por sua vez, as concessionárias também possuem motivos para comemorar, uma vez que poderão se concentrar ainda mais em seu negócio central que é a distribuição de energia, para maior satisfação de seus clientes, inclusive os municípios.■

Citéluz e Prefeituras: uma parceria de sucesso!

Soluções integradas em iluminação urbana. Modernização e eficiência energética.

Redução do custo do serviço. Inovação tecnológica. Segurança noturna. Qualidade de Vida.

Satisfação e orgulho da população pela sua cidade.



Através do contrato de Gestão Completa do Parque de Iluminação Pública da cidade de São Vicente, a Citéluz vem executando obras de melhoria e ampliação, a exemplo da reformulação da orla da Praia do Itararé. Vários projetos de iluminação artística também encontram-se em andamento, como o da Igreja Matriz, o da Plataforma de pesca e o do Monumento Niemeyer.

No estado de São Paulo, a Citéluz também possui contratos nos municípios de Taboão da Serra, São Caetano do Sul e São Lourenço da Serra.



Governador do Estado recebe diretoria da APM e confirma presença no 55º CEM



O governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, recebeu em audiência a diretoria administrativa da APM (Associação Paulista de Municípios) no dia 26 de janeiro.

Na oportunidade, o presidente da APM, Marcos Monti, entregou o convite para o governador Geraldo Alckmin participar do 55º Congresso Estadual de Municípios, que ocorrerá de 12 a 15 de abril, em São Vicente, primeiro município do Brasil. O Governador confirmou presença.

Durante a audiência, Marcos Monti in-

formou ao governador que a APM iria realizar uma reunião com os presidentes de entidades regionais para estabelecer uma pauta de reivindicações, a qual será levada para o 55º CEM. "Vamos debater com o governo todas as questões que afligem os municípios", garantiu Marcos Monti.

O governador, que sempre prestigiou a Entidade participando dos Congressos da APM, se colocou à disposição para debater todas as questões que envolvem os municípios.



Evento em São José discute a importância da Defesa Civil nos municípios



A APM, a AMA (Associação dos Municípios da Araraquarense) e a Defesa Civil promoveram uma reunião de trabalho em São José do Rio Preto, no dia 28 de março, no auditório do Ciesp.

O presidente da APM, Marcos Monti, participou da solenidade de abertura do evento, ao lado do presidente da AMA e prefeito de Álvares Florense, Alberto Cesar de Caires; do diretor da AMA e prefeito de Cosmorama, Antonio Edvaldo Papini; do secretário Chefe da Casa Civil e coordenador Estadual da Defesa Civil, Cel. Ademir Gervásio Moreira e demais autoridades.

Durante os discursos, foi destacada a importância de os municípios criarem comissões de Defesa Civil, com estratégias de atuação.

Marcos Monti aproveitou para convidar todos os presentes para o 55º Congresso

Estadual de Municípios, que ocorrerá entre os dias 12 e 15 de abril, em São Vicente.

Em seguida, o Cap. PM Marcos de Paula Barreto ministrou palestra sobre a importância da prevenção e da elaboração de Planos Municipais de Defesa Civil, a necessidade de o município possuir uma Comdec estruturada e atuante e a responsabilidade do Município no uso e ocupação do solo.

O promotor Mário Augusto Vicenti Maiaquias, coordenador da área de habitação e urbanismo do Centro de Apoio Operacional Civil e Tutela Coletiva do Ministério Público do Estado de SP, falou sobre Direito Urbanístico – uso e ocupação do solo e responsabilidades dos municípios.

Após as explanações foi aberto espaço para debates e esclarecimento de dúvidas.





Seminário sobre Resíduos Sólidos tem saldo positivo

Mais de 50 pessoas, representando 43 municípios do Estado, participaram do Seminário “A política nacional de resíduos sólidos”, promovido pela APM no dia 24 de março. O evento ocorreu no Comfort Hotel, no Centro de São Paulo.

A abertura foi feita pelo presidente da APM, Marcos Monti, o qual saudou os participantes, destacando a importância de estarem presentes para debater este tema. “Tivemos no ano passado a aprovação da nova legislação de resíduos sólidos e há muito as prefeituras solicitavam um seminário como este para discutir a legislação e saber tudo aquilo que podem fazer”.

Reforçou que a APM tem procurado orientar os municípios, levando profissionais gabaritados para debater o assunto.

“Temos aqui o prefeito de Itu, 3º vice-presidente da APM, que teve uma experiência bem sucedida com uma PPP (Parceria Público-Privada) para transferir o serviço

de coleta e tratamento de esgoto em Itu”.

O prefeito de Itu, Herculano Passos Castilho Júnior, falou sobre o projeto de resíduos sólidos, afirmando que hoje Itu está bem adiantada neste assunto. “Quem quiser conhecer e estudar nosso sistema para ver se é viável implantá-lo na cidade de vocês, estamos à disposição”.

Ao longo do Seminário, os participantes puderam conferir palestras com Sérgio Caruso, Karina Mello, Cristina Rodrigues, Sergio Baptista e Odair Segantini sobre o problema da destinação inadequada de resíduos sólidos, consórcios públicos, plano municipal de resíduos sólidos e os impactos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Também foram esclarecidas dúvidas durante os debates.





Presidente da APM é destaque na mídia



O presidente da APM, Marcos Monti, recebeu na sede da Associação, na última semana, jornalistas da Band e da Rede Vida para gravar matérias sobre o 55º Congresso Estadual de Municípios.

As entrevistas foram exibidas nos programas FJR Sustentabilidade, do jornalista Figueiredo Júnior, e Jornal da Vida.

Procurador de Justiça recebe diretoria da APM

A diretoria da APM foi recebida pelo procurador geral de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Fernando Grella Viera, na sede do Ministério P\xf3blico Paulista, no dia 21 de março.

Na oportunidade, o presidente da APM, Marcos Monti, acompanhado do secretário geral Aquevirque Nholla e do coordenador do Conselho Técnico Multidisciplinar Dr. Antônio Sergio Baptista, entregou ao Procurador o convite para participar do 55º Congresso Estadual de Municípios.

Durante a audiência, o presidente da APM encaminhou junto ao procurador um pleito recorrente dos prefeitos, que trata do relacionamento do Ministério P\xf3blico com as municipalidades. Muitos prefeitos alegam que s\xfao surpreendidos com Ações Civis P\xf3blicas e de improbidade, sem que haja um diálogo na busca de um entendimento entre as partes.

O presidente da APM reconhece a autonomia e a legitimidade do Ministé-

rio P\xf3blico em suas ações e reconhece também que os prefeitos em sua totalidade sempre est\xf3o dispostos a encontrar uma solução para as questões que envolvem as diversas demandas.

Salientou que, em muitas comarcas, existe um diálogo franco e aberto no sentido de resolver todas as pendências, sem afetar a autonomia das partes.

O procurador destacou que, por determinação legal, a Procuradoria não interfere nas ações dos promotores em suas comarcas. Porém, explicou que nos cursos de formação do Ministério P\xf3blico existe a orientação para o diálogo com as autoridades constituídas, sendo explicitada a importância do mesmo para que as soluções sejam encontradas entre as par-

tes, sem a necessidade de ações judiciais.

Marcos Monti informou ao procurador que a APM oferecerá um serviço aos seus associados: sempre que o município for convocado para assinar um TAC – Termo de Ajuste de Conduta -, o Município associado poderá, antes de firmar o acordo, enviar a minuta para o Conselho Técnico da APM, que irá analisar o conteúdo e orientar os gestores no sentido de que possam cumprir o acordo sem prejuízo para nenhuma das partes.



Municípios recebem capacitação do Siconv



Mais de 50 pessoas estiveram presentes no curso “Siconv – Capacitação do Sistema de Convênios do Governo Federal”, promovido pela APM nos dias 16 e 17 de março, na sede da Associação.

A abertura foi feita pelo presidente da APM, Marcos Monti, que destacou a importância do curso, informando que somente através do Siconv é que os municípios poderão receber recursos financeiros do Governo Federal. “Espero que vocês voltem aos seus municípios com mais conhecimento para que possam, através desse curso, melhorar essa relação de município para com o Governo Federal”.

O portal de convênios Siconv é um sistema desenvolvido em plataforma

web que permite o gerenciamento online de todos os convênios cadastrados.

Os participantes puderam conferir na prática como funciona esse sistema e esclarecer todas as suas dúvidas, principalmente quanto à prestação de contas no Siconv.

O curso foi ministrado pelos palestrantes Everton Soares (formado em Administração e Direito), Odair José da Silva (Economia), Thiago Ferrarezi (Matemática e Física), Lívia Guimarães (Letras), Flávia Spinelli, Raquel Nonato e Brenda Machado (as três formadas em Gestão de Políticas Públicas).

O encerramento foi feito pelo secretário geral da APM, Aquevirque Nholla, que aproveitou a oportunidade para convidar os participantes para o 55º Congresso Estadual de Municípios.



Unipontal elege nova diretoria

A nova diretoria da Unipontal (União dos Municípios do Pontal do Paranapanema) tomou posse no dia 11 de março. A assembleia que escolheu a diretoria para o biênio de 2011/2012 foi realizada no município de Rancharia.

O prefeito de Teodoro Sampaio, José Ademir Infante Gutierrez, foi eleito presidente da entidade.

O presidente da APM, Marcos Monti, participou do evento e, em seu discurso, parabenizou a Unipontal pelos trabalhos desenvolvidos, enalteceu o trabalho do ex-presidente, o prefeito de Rancharia Alberto César Centeio de Araújo e felicitou o novo presidente, Ademir Gutierrez, que também faz parte da diretoria da APM como 2º tesoureiro. “Tenho certeza que ele irá fazer um excelente trabalho, assim como fez o prefeito Alberto”.

Marcos Monti também anunciou o 55º Congresso Estadual de Municípios e convidou todos os participantes.





Em encontro da AMA, presidente da APM divulga 55º Congresso



O presidente da APM, Marcos Monti, participou da reunião da AMA – Associação dos Municípios da Araraquarense – com a Caixa Econômica Federal, no dia 28 de fevereiro. O evento ocorreu no auditório da Cidade Universitária Unifev, na cidade de Votuporanga.

Na solenidade de abertura, fizeram o uso da palavra o presidente da AMA e pre-

feito de Álvares Florence, Alberto César de Caires; o vice-presidente da AMA e prefeito de Votuporanga, Nasser Marão Filho; o presidente da APM, Marcos Monti; o superintendente da Caixa, Clayton Rosa Carneiro e

o reitor da Unifev, Marcelo Lourenço.

Em seguida, a equipe da Caixa falou sobre os contratos dos municípios e sistemas de convênios, programas de créditos, habitação, dentre outros temas.

O presidente da APM divulgou o 55º Congresso Estadual de Municípios e anunciou os cursos promovidos pela Associação.

Acompanhe as notícias da APM em tempo real

Website

www.apaulista.org.br

Twitter

@apaulistasp



Presidente da APM reúne-se com prefeitos e entidades regionais

Mais de 30 prefeitos e presidentes de entidades regionais reuniram-se com o presidente da APM, Marcos Monti, no dia 16 de fevereiro, para elaborar a pauta de reivindicações do 55º Congresso Estadual de Municípios, que ocorrerá de 12 a 15 de abril, em São Vicente.

Os prefeitos apresentaram diversas propostas nas áreas de saúde, educação, segurança, meio ambiente, tribunal de contas, entre outras, e a pauta agora está sendo montada.

Na opinião do presidente da APM, o saldo foi bastante positivo. "A reunião foi produtiva e participativa. Conseguimos captar importantes temas".



Prefeitos da Região Metropolitana de Campinas buscam apoio da APM

O presidente da APM, Marcos Monti, recebeu o prefeito de Pedreira, Hamilton Bernardes Junior, coordenador da Região Metropolitana de Campinas, para discutir uma estratégia de ação para reduzir os efeitos do Decreto Presidencial nº 7418, de 31 de dezembro de 2010.

O coordenador esteve acompanhado do prefeito de Hortolândia, Angelo Perugini e de representantes dos municípios de Valinhos. O encontro ocorreu no dia 09 de fevereiro, na sede da APM.

Segundo o Decreto Presidencial, ficam cancelados os restos a pagar não processados, inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008, 2009. Exetuam-se deste Decreto os recursos do PAC e do Ministério da Saúde.

Neste caso, todos os municípios que tiverem obras começadas nos anos acima mencionados e por ventura não concluirem a mesma, correm o risco de não receberem os recursos restantes para a conclusão.

Na reunião, foi deliberado que o presidente da APM irá procurar os representantes do Governo Federal, junto ao



Ministério das Relações Institucionais, para reverter esse Decreto e, assim, não prejudicar os municípios que estão em fase de conclusão de obras.

Também ficou acertado de encaminharmos essa deliberação para a CNM – Confederação Nacional de Municípios, para que o movimento municipalista nacional possa engajar-se nesta luta.

Diretoria da APM é recebida na Secretaria de Assuntos Federativos

O presidente da APM, Marcos Monti, e os diretores Aquevirque Nholla e Carlos Cruz foram recebidos pelo subchefe de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Olavo Noleto, no dia 23 de fevereiro, na SAF - Secretaria de Assuntos Federativos – em Brasília.

Marcos Monti foi discutir uma estratégia de ação para reduzir os efeitos do Decreto Presidencial nº 7418, de 31 de



dezembro de 2010, que cancela os restos a pagar não processados, inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008, 2009 (exetuam-se deste Decreto os recursos do PAC e do Ministério da Saúde).

Segundo o Presidente da APM, no entendimento da SAF as obras que já

começaram deverão ter continuidade. A Secretaria se comprometeu a criar uma resolução, definindo o que é resto a pagar não processados. "Os prefeitos têm medo de começar uma obra e ter que cancelá-la depois. A resolução explicará melhor como eles devem agir".

Presidente da APM e prefeito de São Vicente discutem preparativos do 55º Congresso

O presidente da APM, Marcos Monti, participou de uma reunião com o prefeito de São Vicente, Tercio Garcia, para discutir os preparativos do 55º CEM – Congresso Estadual de Municípios. A reunião, aberta à imprensa, foi realizada dia 7 de fevereiro, no Salão Nobre da Prefeitura.

Marcos Monti salientou a importância do Congresso, principalmente quanto à boa interlocução com os governos, e confirmou a presença do governador do Estado Geraldo Alckmin no evento.

Conforme destacou, o Congresso é a ponte entre os municípios e os representantes estaduais e federais, onde é possível traçar metas e projetos para determinadas regiões. "O cidadão quer ver a situação resolvida no local onde ele mora e é para isso que existe essa iniciativa. Queremos chamar a atenção dos governantes para

a realidade dos municípios".

O presidente da APM lembrou a questão do pacto federativo e a injusta divisão do bolo tributário, afirmando que os municípios ficam com apenas 17% do que é arrecadado. "O município é o que mais tem problemas para resolver, mas é o que ganha menos".

Sobre este assunto, o prefeito reforçou que a Constituição recomenda um gasto de até 15% com a saúde, mas São Vicente gasta 33%. "A média nacional é 22%, ou seja, há muito trabalho que se fazer para vencer esses obstáculos".

Após a reunião, Marcos Monti concedeu entrevista aos órgãos de imprensa da bairrada, divulgando oficialmente o Congresso.



Presidenta da AVESP é homenageada com medalha Ruth Cardoso



A presidente da AVESP e presidente do Conselho Deliberativo da APM, Marilene Mariottini, foi homenageada pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Relações Institucionais, com a medalha Ruth Cardoso.

A solenidade ocorreu em dezembro, na Câmara Municipal de São Paulo, com a presença de diversas autoridades.

Essa medalha é entregue às pessoas que se destacam pela luta em defesa da mulher. A partir de agora, Marilene Mariottini faz parte do Conselho da Medalha Ruth Cardoso, presidido pela delegada Rosmary Correa. Marilene ajudará a escolher as próximas homenageadas para as comemorações do Dia da Mulher, dentre outras atividades do Conselho.

Illa Ruth Cardoso, presidido pela delegada Rosmary Correa. Marilene ajudará a escolher as próximas homenageadas para as comemorações do Dia da Mulher, dentre outras atividades do Conselho.

Assembleia Geral

Mais uma assembleia geral ordinária com os membros da Diretoria Administrativa, Comissão de Sindicância e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da APM foi realizada na sede da Associação, em dezembro.

O presidente da APM, Marcos Monti, apresentou os itens da pauta, discutindo as tomadas de contas da diretoria, exame, discussão e votação das contas do exercício encerrado em 31 de dezembro 2009 e o respectivo Parecer exarado pelo Conselho Fiscal; definição das formas de cobranças e valores para contribuição associativa; e outros assuntos de interesse da Associação.

Também divulgou os cursos previstos para o início deste ano e falou sobre os preparativos para o 55º Congresso Estadual de Municípios.



A “mulher do Zé” e o Governador

Por: Claudio Manesco

Há pessoas que nasceram para ser fonte infundável para histórias. Meu amigo Zé é um deles. Industrial bem sucedido, na inversa proporção do seu jeito simples de falar – um pouco a semelhança do velho Vicente Matheus – ele tem o condão de seduzir jornalistas e intelectuais.

Tão jeitoso que se tornou Secretário de Estado e fez uma gestão sólida, sem qualquer ato que o desmerecesse e sem que sua folclórica maneira de ser lhe rendesse comentários negativos e quem o conhece sabe dimensionar o que isso representa.

Das suas tantas histórias, das quais algumas já desfilaram nas linhas desses causos, selecionei uma que considero das mais hilárias e dignas de compor a historiografia folclórica da política brasileira.

Zé fora escolhido Secretário, tanto por sua projeção como presidente de entidade de classe, como por sua amizade com o Governador – a quem seduzira com seu jeito simples, de conversa fácil, histórias deliciosas e um jeito especial de receber.

E não foram poucas as vezes que o Governador havia estado no seu modesto apartamento da Vila Madalena para comer o “Pacu da minha mulher”. E era “minha mulher” daqui, “minha mulher de lá” e assim consolidou-se a amizade.

No dia da posse, no Palácio das Bandei-

rantes, lá estava o Zé no palco, desacompanhado, e rodeado por deputados, secretários de estado e desembargadores.

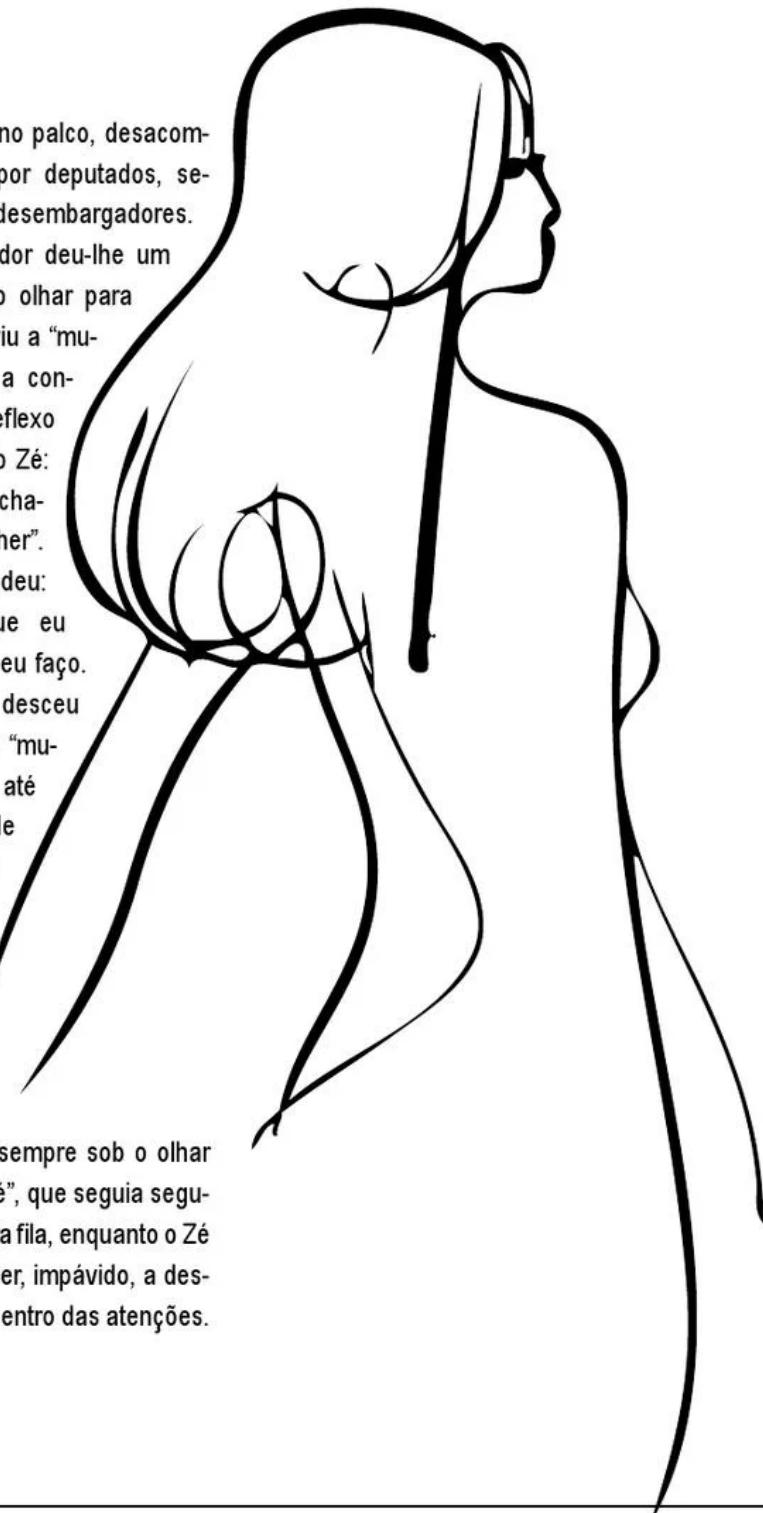
Ao chegar, o governador deu-lhe um abraço carinhoso e ao olhar para a plateia, a surpresa: viu a “mulher do Zé”, sozinha, a contemplar a cena. Ato reflexo sussurrou no ouvido do Zé:

- Vou chamar “sua mulher”.
Ofegante Zé respondeu:
- Pode deixar que eu faço. Pode deixar que eu faço.

E rapidamente desceu do palco, passou pela “mulher” em questão, foi até o fundo, e voltou de braços dados com outra mulher, a sua.

O governador olhou sem entender nada, ou entendendo tudo.

Esboçou breve sorriso e a cerimônia seguiu, sempre sob o olhar atento da “mulher do Zé”, que seguia segura e tranquila na primeira fila, enquanto o Zé estava com a sua mulher, impávido, a desfrutar a glória de ser o centro das atenções.



ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

62 anos em defesa dos municípios

A APM tem cumprido seu papel político na sociedade como entidade suprapartidária, assessorando os gestores municipais nas questões técnico-administrativas e jurídicas, na organização dos serviços públicos, na sistematização das ações dos Conselhos Municipais e, principalmente, na defesa dos interesses dos Municípios diante dos Poderes Executivo e Legislativo da União e do Estado e na busca emancipação política e financeira.





RaeMP

ACREDITAR NO **AGORA** É FAZER MAIS PELO FUTURO DE NOSSAS CRIANÇAS.

O **Agora**, sistema de ensino da Editora Saraiva, quer, junto às escolas da rede pública do seu município, tornar a Educação a grande engrenagem para a formação de profissionais e cidadãos atuantes em suas comunidades. É a oportunidade de um ensino diferenciado **Agora** para que seu município faça história no futuro.

Acesse o site www.souagora.com.br
e saiba tudo sobre o **Agora**!

Proposta
pedagógica
diferenciada

Formação
continuada
para educadores

Análise de
desempenho
escolar

Portal de
Educação
e AgoraTV

Completa
assessoria
pedagógica

Agora, vamos fazer o futuro juntos.



sistema de ensino
www.souagora.com.br



0800 770 5477